

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

ANA LUÍZA MOTA SANT'ANNA

**A DEMISSÃO DO OUTRO NA ESQUIZOFRENIA: O DITO ESQUIZOFRÊNICO
SEM A AJUDA DE NENHUM DISCURSO ESTABELECIDO**

Belo Horizonte

2016

ANA LUÍZA MOTA SANT'ANNA

**A DEMISSÃO DO OUTRO NA ESQUIZOFRENIA: O DITO ESQUIZOFRÊNICO
SEM A AJUDA DE NENHUM DISCURSO ESTABELECIDO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Estudos Psicanalíticos

Linha de pesquisa: Conceitos fundamentais em psicanálise; Investigações no campo clínico e cultural

Orientador: Prof. Dr. Antônio Márcio Ribeiro Teixeira

Belo Horizonte

2016

Para Valéria

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Pai pelo amor incondicional.

Ao meu pai, Marcelo, por me ensinar que, com disciplina, qualquer trabalho pode ser realizado.

À minha mãe, Elisa, pelo suporte afetivo e espiritual que deixam os obstáculos que surgem na minha vida menores do que realmente são.

À minha irmã, Amanda, que mesmo repetindo: “Eu te avisei!” não deixou de me incentivar em todos os momentos, do início até à conclusão desta dissertação.

Ao Gabriel, meu companheiro, que nunca poupa esforços para me apoiar quando o assunto é a concretização dos meus sonhos.

Ao Antônio Teixeira – que durante estes cinco anos de parceria foi mestre, supervisor e orientador – pelas orientações que abrilhantaram e ampliaram as interlocuções deste trabalho.

Às minhas amigas que estiveram junto de mim nos momentos em que mais precisei durante estes dois anos.

À minha madrinha, Patrícia, e à minha tia Silvana, por aceitarem dividir o meu tempo com este trabalho, mesmo em um momento tão delicado de suas vidas.

Aos meus colegas do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFMG, em especial Álvaro, Mynéia e Ely pelas conversas tranquilizadoras e pelas trocas de figurinhas.

À Universidade Federal de Minas Gerais por me ofertar, durante quase uma década, um vasto campo de aprendizagem e aprimoramento teórico.

Ao Programa de Pós-graduação em Psicologia que acolheu a minha proposta de pesquisa.

Aos trabalhadores do CEMFS, daqui e de lá, pelo amparo amoroso.

*Mas abri mão das biografias de todos os outros escrivães
para contar algumas passagens da vida de Bartleby...
Talvez pudesse escrever a vida completa de outros copistas,
mas não é possível fazer isso com Bartleby. Creio que não
existe material suficiente para uma biografia integral e satisfatória
desse homem.*

Trecho de Bartleby, o escrivão de Herman Melville

Santanna, A. L. M. (2016) *A demissão do Outro na esquizofrenia: o dito esquizofrênico sem a ajuda de nenhum discurso estabelecido*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

RESUMO

A demissão do Outro é o objeto que perpassa toda essa dissertação. Partindo do relato de um caso clínico, constatamos que a paciente se comportava de maneira a demitir o Outro em suas “relações”. Nosso objetivo, então, era definir o estatuto dessa demissão do Outro. A partir do recorte que o próprio caso realiza na teoria, buscamos na psicanálise de orientação lacaniana elementos que pudessem auxiliar-nos nessa empreitada. Encontramos no conceito de discurso a chave para se problematizar a relação do sujeito com o Outro e, na caracterização lacaniana do esquizofrênico, um ponto de partida para explicar esse funcionamento da paciente. Os resultados da pesquisa indicaram que a demissão do Outro é multideterminada, porém é específica da esquizofrenia. A análise do desencadeamento da psicose esquizofrênica – que nos permitiu trabalhar o binômio miséria-promessa – abriu um novo campo de investigação para futuras pesquisas sobre este assunto.

Palavras-chave: demissão do Outro, esquizofrenia, discurso, psicanálise lacaniana

Santanna, A. L. M. (2016) *The dismissal of the Other in schizophrenia: the schizophrenic said without the help of any established discourse*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ABSTRACT

The dismissal of the Other is the object that permeates this entire work. Starting from the clinic case report, we found out that the way that the patient behaved was related to the dismissal of the Other and it repeated in all of her “relationships”. So, we intended to define the dismissal of the Other’s statute. Using the clinic case as a instrument to insert a focus in the theory, we searched for elements the could help us to do that, and our guide was the lacanian psychoanalysis. We discovered that the concept of discourse could help us to understand the relationship between the subject and the Other. And we also discovered that the lacanian characterization of the schizophrenic subject could help us to explain the patient behavior. The research’s results indicated that the dismissal of the Other has multiple causes, but it seems to happen only in cases of schizophrenia. The analysis of the psychosis’s irruption – that created a possibility to develop the idea of a misery-promise – worked out as a research field for new opportunities of investigation about this theme.

Key-words: dismissal of the Other; schizophrenia; discourse; Lacanian psychoanalysis

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 CASO VALÉRIA	12
1.1 Apresentação do caso	12
1.1.1 <i>Bartleby</i>	14
1.1.2 <i>Valéria e Bartleby</i>	17
1.2 A generalização da forclusão	18
1.2.1 <i>Comunicação: a relação simbólica entre o sujeito e o Outro</i>	19
1.2.2 <i>O referente sempre falta à linguagem</i>	20
1.2.3 <i>A forclusão generalizada</i>	23
1.2.4 <i>Valéria, Bartleby e a forclusão generalizada</i>	25
1.3 O sentido no caso Valéria	26
1.3.1 <i>A agitação de Valéria e o significante</i>	28
1.3.1.1 <u>Valéria e o corpo afetado</u>	30
2 A DEMISSÃO DO OUTRO: A CONSTRUÇÃO DE UMA HIPÓTESE	34
2.1 A linguística lacaniana	35
2.1.1 <i>O significante e o significado em “A instância da letra...”</i>	37
2.1.2 <i>O significante e o significado em Mais, ainda</i>	39
2.2 O discurso e a comunidade discursiva	40
2.2.1 <i>O significante-mestre e suas funções: a exceção</i>	42
2.2.2 <i>O significante-mestre e suas funções: a decisão e a legibilidade</i>	44
2.3 Discurso e Realidade	46
2.3.1 <i>Palavra-mestra e Laço</i>	48
2.3.2 <i>A Palavra-mestra na tragédia Atália</i>	49
2.3.3 <i>Palavra-mestra e Realidade</i>	52
2.3.4 <i>A perda da realidade na psicose</i>	53
2.4 Uma hipótese para o caso Valéria	55
3 A FALÊNCIA DA PROMESSA NA ESQUIZOFRENIA	59

3.1 Valéria e o Outro: uma questão diagnóstica	59
3.1.1 <i>A ironia infernal de Valéria</i>	61
3.2 A deslocalização do gozo na esquizofrenia	64
3.2.1 <i>A deslocalização do gozo, o falo e o discurso</i>	65
3.2.2 <i>O discurso como defesa contra o gozo do Outro</i>	67
3.2.3 <i>O discurso como laço social</i>	67
3.3 Esquizofrenia: a falência da promessa	69
3.3.1 <i>A subtração do gozo</i>	70
3.3.2 <i>A promessa no complexo de Édipo laciano</i>	72
3.3.3 <i>O binômio miséria e promessa</i>	73
3.3.4 <i>O abuso da crença como causa da crise econômica mundial de 2008 e o que a esquizofrenia tem a ensinar</i>	78
3.3.5 <i>Falência da promessa e demissão do Outro no caso Valéria: a apatia, a inércia e o desinteresse</i>	79
CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIAS	85

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é o resultado do encontro entre uma estudante de psicologia e uma paciente psicótica. De um lado, uma jovem no seu oitavo período do curso – tendo acumulado três anos e meio de aprendizado sobre as diversas teorias e técnicas para minorar o sofrimento do outro – e, assim, ávida para colocar tudo isso em prática. Do outro lado, Valéria, uma paciente apática, que pouco falava durante o atendimento e, o pouco que falava, nunca era sobre si.

Futuramente, aquela estudante, agora pesquisadora, viria a saber que o caso de Valéria não despertava o interesse dos colegas do estágio onde a paciente era atendida. Essa descoberta se deu após ela encontrar um desses alunos, dois anos depois que ambos haviam se formado, e verificar que seu amigo não se lembrava de Valéria.

Com efeito, nenhum detalhe do caso o marca o suficientemente para ser lembrado. Não há um delírio floreado, nem queixas intermináveis, ou, ainda, um quadro depressivo grave, por exemplo. Não existe na história de Valéria nenhum delírio bem construído ou alucinações de diferentes tipos, ou qualquer outra característica que costuma aguçar o interesse dos psicólogos e psiquiatras em formação.

Os sintomas que prevalecem no caso de Valéria são outros. Essa apatia, a inércia e o desinteresse presentes na conduta dessa paciente é um assunto que interroga os estudiosos desde a época da psiquiatria clássica até a época presente.

Atualmente, na Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e no novo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), esses sintomas aparecem como parte daqueles chamados *sintomas negativos* da esquizofrenia. Na primeira, eles se configuram como perda do interesse e retração social, e, no segundo, como disfunções sociais e ocupacionais.

Na psiquiatria clássica, por sua vez, para Kraepelin, esses sintomas estavam entre os sintomas que compreendiam a chamada evolução deteriorante. Para Bleuler eles se caracterizavam como uma tendência ao isolamento em relação ao mundo (Dalgalarondo, 2008).

Se observamos pormenorizadamente a apatia, a inércia e o desinteresse, vemos que existe algo que é comum aos três. Isso que os perpassa, nós chamamos de demissão do Outro.

A demissão do Outro no caso Valéria é o nosso objeto de pesquisa e, nosso objetivo é, partindo do caso clínico, tentar definir o estatuto da demissão do Outro.

Para tanto, é necessário responder a algumas perguntas. Como falamos, a maneira mais direta de se observar a demissão do Outro no caso de Valéria é a recusa do endereçamento da fala à psicóloga. Precisamos saber, assim, se essa demissão aparece de outras formas e em quais situações.

Além disso, é preciso saber quais as relações que poderiam existir entre a estruturação subjetiva da paciente e a demissão do Outro, isto é, em que medida a demissão do Outro é uma consequência de sua estrutura clínica. O que queremos precisar com esse questionamento é qual a participação do sujeito na demissão do Outro.

Da mesma forma, questionaremos qual a “participação” do Outro na sua demissão por Valéria. Ou seja, o que no Outro o torna insuportável para a paciente.

Podemos dizer, sobre o recurso metodológico utilizado, que o próprio objeto da pesquisa determina qual é o melhor método para acessá-lo. Assim, a partir da análise de fragmentos do caso clínico, tentaremos chegar aos resultados.

Optamos por apresentá-los no formato de uma dissertação em que eles já se encontram imiscuídos na discussão. Estruturaremos a dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo, denominado “Caso Valéria”, apresentaremos o caso de Valéria com o enfoque no funcionamento da paciente, o qual denominamos demissão do Outro¹. Além disso, estabeleceremos algumas relações entre Valéria e Bartleby, personagem da novela de Herman Melville. A partir dessa comparação entre os dois, iniciaremos uma discussão teórica – orientada pela psicanálise lacaniana – sobre a forclusão generalizada, buscando balizas que nos auxiliem na leitura do caso de Valéria, bem como uma possível direção de tratamento para ela.

No segundo capítulo, teceremos uma hipótese para a demissão do Outro por Valéria. Para isso, iniciaremos o capítulo alicerçando as bases para uma discussão sobre o discurso, pois entendemos que este é um conceito lacaniano que visa a responder o que permite ao sujeito enlaçar-se ao Outro, o que não está acontecendo no caso de Valéria.

Assim, trabalharemos, nesse capítulo, a articulação de conceitos como o de significante, significação, significante-mestre² e realidade, sempre fazendo um *link* com o caso.

No terceiro e último capítulo, iremos discutir o diagnóstico de Valéria, na tentativa de problematizar as relações entre a demissão do Outro e a esquizofrenia. Para isso lançaremos

¹ Expressão cunhada por Antônio Teixeira durante supervisão clínica, em 2011

² Optamos por grafar significante-mestre com o hífen, que é a forma que ele é grafado nos seminários desde *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*, quando ele aparece.

mão da análise do documentário *Estamira* e discutiremos quais os elementos estão em questão no desencadeamento de uma psicose esquizofrênica. Nossa tentativa é traçar todo esse percurso sem perder de vista o nosso objetivo principal, que é lançar luz sobre o caso de Valéria para que, posteriormente, possamos pensar a respeito do seu tratamento.

1 CASO VALÉRIA

1.1 Apresentação do caso

Valéria era atendida no Ambulatório Bias Fortes, de duas em duas semanas, conforme o cálculo clínico. O tempo da sessão era suficiente para propiciar um espaço de escuta para as possíveis queixas e demandas da paciente. Entretanto, na maior parte das vezes, ela se expressava com poucas palavras e se contentava em utilizar o tempo para contar algo que havia acontecido em sua casa.

Apesar de seu sofrimento não aparecer como conteúdo de sua fala, era visível que Valéria sofria, era perceptível o seu alto nível de angústia. Por vezes, a paciente chorava durante o atendimento. Quando a psicóloga perguntava o que tinha acontecido, ela dizia: “Nada”.

Diante dessas situações, sempre ao encerrar o atendimento com Valéria, a profissional despedia-se da paciente sentindo-se impotente e frustrada. Pensava que não havia feito nada para ajudá-la; pensamento que se repetia ao término de todas as sessões.

Certa vez, Valéria anunciou que gostaria de colocar um fim à própria vida, já que esta não tinha sentido. Tendo sido interrogada pela psicóloga, que queria saber o que havia acontecido para a paciente querer fazer tal coisa, ela simplesmente respondeu que não tinha acontecido nada.

Como era de praxe, de acordo com a rotina do estágio, após finalizar o atendimento, a psicóloga procurou o supervisor para relatar o que havia ocorrido. Este ao escutar o fato, perguntou-lhe o que havia acontecido com Valéria para ela dizer tal coisa. A profissional, então, manteve-se fiel à resposta da paciente, e informou ao supervisor que Valéria havia dito que nada tinha acontecido. Após refletir por alguns segundos, ele elucidou o caso com os seguintes dizeres: “Mas não é isso o que está em questão com ela? Nada acontece em sua vida, ela não faz nada, não se engaja em nada, nada a convoca”.

De fato, nada acontecia na vida de Valéria. Ela não trabalhava e não possuía um círculo social que ultrapassasse os vínculos com as pessoas com quem morava. Quase não saía de casa, com o pretexto de evitar lugares tumultuados.

Posteriormente, constatamos que aquele *não fazer nada pela paciente*, do qual a psicóloga se queixava, superava o sentido mais óbvio, que era o de que ela estava sendo malsucedida na condução do caso. O outro sentido, menos evidente para ela naquele momento, era o de que a sua autodemanda de *fazer pela* paciente era uma resposta ao fato de

Valéria nunca fazer nada. Logo, entendemos que, se a paciente não fazia nada, era preciso, então, que um outro fizesse algo por ela.

Futuramente foi possível perceber que havia um agravante para a condução do caso. Não era possível fazer algo por ela, pois ela nada demandava.

Poderíamos supor que isso se dava devido à falta de interesse da paciente no tratamento, mas Valéria compareceu a todos os atendimentos agendados no período de vigência do estágio e nunca chegou atrasada. Quando chegava a sua vez de ser atendida, entrava na sala, falava de sua semana e, às vezes, de sua dificuldade com o excesso de peso, de maneira que o caso não exigia nenhuma intervenção muito elaborada da psicóloga e os atendimentos aconteciam sem intercorrências.

Em um atendimento, contou que iniciaria as aulas de hidroginástica. Estava empenhada em começar, apesar de sua mãe reclamar que ela nunca levava a cabo nenhuma atividade que se propunha a realizar. No atendimento seguinte, Valéria, de fato, não estava frequentando mais às aulas de hidroginástica.

Sobre o início do tratamento psiquiátrico da paciente, este se deu em 2000, no mesmo período do desencadeamento do surto psicótico. Valéria contou que, após ser acusada de furtar dinheiro do caixa de uma loja onde prestava serviço, e perder o emprego em decorrência do que aconteceu, passou a ter ideias delirantes de cunho persecutório, cujo conteúdo era o de que as pessoas na rua estariam rindo e falando dela.

Ela também relatou a existência de alucinações áudio-verbais nesse mesmo período. Depois desse episódio, nunca ficou mais do que alguns meses em um mesmo trabalho.

As ideias delirantes e as alucinações já não configuram o atual quadro de Valéria. No entanto, a abulia, a apatia e a anedonia persistem, mostrando-se resistentes ao tratamento. Todavia, estamos cientes de que os delírios e alucinações respondem melhor ao tratamento do que os outros sintomas citados anteriormente.

Também não é difícil observar a ironia por detrás da posição de Valéria em relação à psicóloga. Pois, à primeira vista, ela parecia dar credibilidade ao tratamento, comparecendo pontualmente a todos os atendimentos agendados, mas, surpreendentemente, recusava o saber da profissional ao não lhe endereçar nenhum questionamento sobre si.

Com relação ao *nada* que parecia circundar Valéria, seja nas respostas dadas à psicóloga, seja na sua rotina, em que nada acontecia, podemos tecer algumas considerações iniciais. A primeira delas corrobora a hipótese diagnóstica de uma psicose, uma vez que o nada da resposta da paciente tem um estatuto diferente do *não sei* do neurótico, índice de uma divisão subjetiva.

Ela não parecia ter dúvidas quanto ao motivo de seu choro ou sobre o que estava causando a ideia de tirar a própria vida. Ela tinha certeza, era o nada.

Isso nos leva a nossa segunda consideração: o nada que caracterizava a rotina de Valéria se assemelha à “atração pelo nada” (Vila-Matas, 2004, p. 10), expressão que o escritor Enrique Vila-Matas utiliza para caracterizar o personagem principal da novela *Bartleby, o Escrivão* de Herman Melville. Apesar de considerarmos que o nada da paciente está relacionado muito mais a um não se deixar atrair por alguma coisa, a expressão do autor deve ser considerada como uma tentativa de nomear esse tipo de posicionamento subjetivo.

1.1.1 Bartleby

A narrativa referida acima conta a história de Bartleby, um escrivão que foi contratado para trabalhar em um escritório de advocacia localizado em Wall Street. O narrador da história é o advogado que o contratou, e, somente através de seus olhos, é possível conhecer o escrivão.

Nas palavras do advogado, Bartleby era aquele

que só falava quando tinha de responder a uma pergunta; . . . que nunca ia a um refeitório ou restaurante; o seu rosto lívido mostrava com clareza que nunca tomava uma cerveja, . . . nem chá e nem mesmo café, como os outros homens; que nunca ia a lugar algum . . .; que nunca saía para dar uma volta . . .; que tinha se recusado a dizer quem era ou de onde ele viera, ou se tinha parentes; que, embora fosse tão magro e tão pálido, nunca tinha se queixado de doenças. (Melville, 2005, p. 18)

Além disso, ele tinha alguns adjetivos para descrever Bartleby, tais como: inerte, desamparado, esquelético, honesto, entre outros. Todavia, podemos perceber que essas características, apesar de descrevê-lo, pouco o definem.

Só é possível definir Bartleby, realmente, ao analisarmos as expectativas que o contratante tinha para com o seu subalterno. Consequentemente, é preciso conhecermos um pouco mais sobre esse advogado, que é o único personagem de destaque da obra que não recebe um nome.

O advogado se automeava uma pessoa pouco ambiciosa e afirmava que muitas pessoas o consideravam um homem metucioso. Chegou a utilizar, ainda, a opinião de um conhecido para enumerar suas duas virtudes: a prudência e o método. Entretanto, são nas entrelinhas de sua fala, que tomamos conhecimento das suas verdadeiras características.

Analisando-o mais detidamente, vemos que se trata de um personagem que certamente se preocupava com as aparências, haja vista que possuía um escritório em Wall Street. Essa

característica também se evidencia na forma como o advogado gerenciava seus empregados, pois os comportamentos inadequados de Nippers e Turkey, seus subalternos, não pareciam chamar a atenção do advogado tanto quanto a forma como se vestiam.

Nippers foi contratado não só pelas suas qualidades técnicas, mas pelo fato desse escrivão sempre se vestir de modo elegante, o que trazia crédito ao escritório. Já Turkey, com suas roupas ensebadas e amarrotadas, dava muito trabalho para não trazer descrédito ao escritório do advogado, tendo em vista este quesito “apresentação”.

Assim, aos olhos do empregador, a despeito das bizarrices que acabavam afetando a qualidade do trabalho de seus escrivães, quanto mais bem vestidos os empregados se aparentassem, mais bem-sucedido o escritório pareceria. E ele não estava disposto a alterar essa imagem.

A caracterização do advogado-narrador ainda está insuficiente, porquanto “o quadro não fica completo, além de pouco inteligível, se o perfil do advogado não se contrapõe ao de Bartleby” (Carone, 2005, p. 43). E vice-versa, como dissemos anteriormente.

A seguir, vamos analisar algumas passagens e diálogos entre os dois personagens a fim de obter mais conclusões quanto a caracterização do advogado e, paralelamente, quanto a descrição de Bartleby. Vejamos:

Estas são as suas próprias cópias que vamos conferir. Vai lhe poupar trabalho, porque basta uma averiguação para os seus quatro documentos. Isso é de praxe. Todo copista tem a obrigação de conferir a sua cópia. Não é? Não vai falar nada? Responda! ”

“Acho melhor não”, respondeu [Bartleby] num tom agudo. (Melville, 2005, p. 10)

Que o dono do escritório primava pelo parecer ser – isto é, não necessariamente ser, mas fingir ser o que não é – já o constatamos acima. No diálogo, é possível perceber, ainda, que ele atribuía um alto valor às regras, fossem elas contratuais, fossem as ditadas pela razoabilidade.

Nele, vemos, também, o advogado tentando convencer Bartleby a conferir algumas cópias. Por traz do diálogo, é possível perceber o incômodo por parte do empregador por ter que esclarecer algo que o escrivão já deveria saber: que cada cópia feita deveria ser conferida.

Sua primeira estratégia de persuasão visa à regra do bom senso, ou seja, ele estava chamando o escrivão para conferir as próprias cópias, e não a dos outros colegas. Para o advogado, já era um motivo razoável para que Bartleby aceitasse o chamado e decidisse fazer por “vontade própria”.

Vendo que a razoabilidade não surtia efeito no empregado, ele lançou mão da regra contratual, isto é, aquela que obriga o empregado a cumprir uma obrigação. No entanto, esta tampouco o convenceu.

Desse modo, em oposição ao advogado-narrador, Bartleby parecia não valorizar as regras, pois, ao que tudo indica, não as considerava um parâmetro para modificar a sua forma de agir ou de pensar. É exatamente o que observamos na passagem a seguir.

“Então, está decidido a não atender o meu pedido – um pedido feito segundo o costume e o bom senso?”

Ele [Bartleby] me deu a entender laconicamente que o meu raciocínio era razoável. Mas que a sua decisão era irreversível. (Melville, 2005, p. 10)

O costume e o bom senso parecem ser insuficientes para colocar Bartleby a trabalho para o outro. E, conforme vimos acima, as regras contratuais, que regem as condutas e obrigações dos empregados para com o seu empregador, caminham nessa mesma direção.

Alguns poderiam inferir que as rugas entre os dois só ocorriam quando o motivo era referente ao trabalho, dando a entender que, aos olhos do advogado, Bartleby seria apenas um mau funcionário. Vejamos a próxima passagem para tecermos nossas considerações sobre a veracidade dessa inferência.

“[Bartleby] não apenas assumiu um ar calmo de desprezo, mas também a sua impertinência parecia uma ingratidão, considerando o bom tratamento e a tolerância que lhe dispensara” (Melville, 2005, p. 19). Essa reflexão aconteceu imediatamente após o advogado ter chamado Bartleby para uma conversa amigável na qual ele se mostrava interessado na história de vida de seu empregado. O escrivão, como das outras vezes, declinou o convite do outro.

Como podemos ver, o advogado-narrador ainda nutria esperanças de que ele e Bartleby compartilhassem algum código de conduta que fizesse o escrivão responder do lugar que lhe era esperado, e desta vez, apelou para um código moral, ou até mesmo religioso. O patrão esperava de seu empregado algum retorno em resposta a todas as boas ações que ele fizera em seu benefício.

Contudo, Bartleby não estava preocupado com o fato de parecer ser ingrato. E não era de seu feitio retribuir uma ação ou atitude simplesmente porque o outro lhe tratou conforme um princípio moral socialmente compartilhado.

Em resumo, vemos um narrador-advogado ocupando, de maneira confortável, os lugares a ele determinados pela sociedade, quais sejam: o de chefe, que cobra de seus

empregados, ou o bom cristão. Outrossim, não é de se espantar que ele defendesse uma relação baseada em direitos e deveres, ou, quando isso não era possível, que ela, ao menos, fosse pautada no costume e bom senso.

O que ele esperava de Bartleby, então, era que sua conduta fosse regrada pelos mesmos princípios que os dele. Entretanto, se algo parece definir o escrivão é exatamente a sua aversão pela regra, que institui um *para todos*. Ele se posicionava como exceção à regra.

Bartleby não se via compelido a responder do lugar que o outro lhe demandava, o que faz dele uma pessoa que parece não se importar com os bons costumes ou qualquer outra convenção social. Desse modo, ele não retribuía favores feitos sob o pretexto de serem baseados em valores morais e/ou religiosos, ou em uma obrigação legal.

1.1.2 Valéria e Bartleby

Assim como Bartleby, que “parecia ser sozinho, totalmente sozinho no mundo. Um destroço de naufrágio em pleno Atlântico” (Melville, 2005, p. 22), Valéria se assemelha ao personagem pela sensação que tinha de estar à deriva, sem estar certa de qual direção dar para sua própria vida. Ademais, reconhecemos um aspecto solitário que acreditamos ter relação com o fato de ela recusar todo e qualquer laço possível.

Avessos às trocas sociais, Valéria e Bartleby configuram um tipo de posicionamento subjetivo caracterizado como estando fora do laço social. Tal qual o *Acho melhor não* de Bartleby, o *nada* de Valéria acaba evidenciando uma demissão do Outro por parte dela, de maneira a não se ver obrigada a responder às convocações do Outro.

Por se tratar de um caso de ficção, fica difícil perceber o que motivava a retirada do laço por parte de Bartleby. Talvez poderíamos creditar na conta do trabalho enfadonho de um escrivão, que, ao demonstrar se tratar de uma função que não oferece um mínimo de desafio ao sujeito, beira a ausência de sentido, o que pode ser enlouquecedor. Essa parece ser também a opinião do narrador-personagem da novela de Melville. Para ele, a atribuição reservada ao escrivão “é uma tarefa muito cansativa, monótona e desanimadora” (Melville, 2005, p. 8).

No caso de Valéria, a ausência de sentido e a retirada do laço social estão mais claramente articuladas. Ao anunciar que estaria disposta a tirar a própria vida, uma vez que esta passou a não ter mais sentido, a paciente nos ensina que o desejo de vida está diretamente ligado à capacidade de se atribuir significação aos pequenos fatos e comportamentos que fazem parte da rotina de qualquer pessoa. Pois, quando isso passou a ser impossível para ela, sua vida se tornou insuportável.

Um último ponto a ser observado é o fato de a psicose de Valéria se manter sem muitas alterações desde o início de seu tratamento. Em contrapartida, era possível perceber que pequenas alterações na sua rotina, como festas de família, casamentos e velórios – eventos em que não lhe era facultada a decisão de não ir – faziam com que ela respondesse a essas situações com ansiedade exacerbada e discreta persecutoriedade. Nas semanas anteriores a esses eventos, Valéria comparecia ao atendimento despenteada, com os olhos bem atentos e quase sempre pedia para conversar com o supervisor do estágio.

Assim, diferente de Bartleby, a paciente não se encontrava completamente alheia à realidade que a rodeava. Apesar de recusar, na maior parte das vezes, os apelos provenientes do Outro, deixando-o, com isso, distante, isso não impedia que ela sofresse os efeitos do que acontecia à sua volta. É o que se pode depreender dessa mudança de comportamento nos momentos de sofrimento intenso.

Se tomarmos de empréstimo o raciocínio utilizado outrora por Teixeira (2000), ao compararmos um caso clínico de psicose com um caso fictício que retrata uma ataraxia inabalável, – aqui representado por Bartleby – estamos, de certo modo, às voltas com a questão da forclusão generalizada. É o que desenvolveremos a seguir.

1.2 A generalização da forclusão

O termo forclusão generalizada é cunhado por Jacques-Alain Miller no momento em que ele propõe que a estrutura da forclusão do Nome-do-Pai se remete a um modo restrito desse mecanismo, e que haveria a possibilidade de se propor uma forclusão generalizada.

Isso posto, é interessante observar que, depois da proposta de uma generalização da forclusão, esse termo, quando usado para se referir ao mecanismo específico da psicose, acaba sempre recebendo um complemento. Por exemplo: forclusão restrita (Miller, 1987/2010) ou, ainda, forclusão local (Teixeira, 2000).

Consequentemente, forclusão do Nome-do-Pai e forclusão generalizada são conceitos que respondem a diferentes fenômenos clínicos e, por esse motivo, devem ser diferenciados. Ademais, enquanto a segunda é imposta a todo ser falante, a outra é restrita aos sujeitos psicóticos. É o que veremos adiante.

1.2.1 Comunicação: a relação simbólica entre o sujeito e o Outro

De acordo com Miller (1987/2010), para se chegar ao fundamento da forclusão generalizada, é necessário opor a comunicação à forclusão. Para esse autor, a comunicação se configura essencialmente como a relação do sujeito com o Outro.

A título de ilustração, entendemos que a linguagem possibilita uma comunicação bem-sucedida, quando uma pessoa solicita à outra que lhe faça o favor de trazer-lhe um copo d'água e tem o seu pedido atendido. Ela foi bem-sucedida porquanto não houve espaço para mal-entendidos entre o enunciador e o receptor da mensagem.

Levando em consideração esse exemplo, podemos constatar que, por meio da comunicação, parece ser possível estabelecer uma relação simbólica entre o sujeito e o Outro. Ou seja, ela faz crer que existe uma relação entre o sujeito e o Outro.

Sendo assim, tudo indica que o sujeito, usando o significante, atinge o outro sujeito, dado que, a partir do endereçamento da pessoa que pediu o favor, seu interlocutor se coloca prontamente em movimento para executar a ação. Do mesmo modo, o significante parece atingir também o referente, ou seja, o objeto, que no exemplo é o copo d'água.

Se, supostamente, o significante alcança o outro sujeito e o referente, é porque ele também atinge o Outro como o lugar do código. Esse Outro que, ao decidir quanto à verdade da mensagem, por sua pontuação, acaba por decidir também quanto ao significado (Miller, 2000), permitindo que a pessoa tivesse o seu pedido atendido. A comunicação leva a crer, pois, que aquilo que se fala é igual ao que o seu interlocutor ouviu. Isto é,

imagina-se . . . que a linguagem é um aparelho para referir; que ela existe em seu uso superior, para dizer aquilo que é, ou seja, para denotar, e havendo ocasião, para ser entendida sem o equívoco do outro – em geral para que ele faça o que lhe é pedido. (Miller, 1999a, p. 81)

A comunicação é, então, um tipo de preconceito de que a linguagem permite uma relação codificada entre nome e coisa, nome e referente. Levando em conta o que foi dito, e, acreditando que a linguagem está direcionada e limitada por alguma espécie de ordenação representativa (Teixeira, 2009), fazemos dela o “cimento fundamental de toda associação entre os seres falantes” (Milner, 2006, p. 33). Entretanto, o que acontece se passarmos a um exame mais detalhado dessa questão?

1.2.2 O referente sempre falta à linguagem

Não é possível deixar de perceber que diversos desvios poderiam ter ocorrido na situação descrita acima. A pessoa encarregada de realizar o favor poderia, por exemplo, ter suspeitado de que o pedido era apenas uma desculpa para o outro conseguir tirá-la do recinto e, dessa forma, injuriá-la para um terceiro. O que poderia fazer com que ela declinasse o pedido.

Outra possibilidade seria essa pessoa supor que, ao pedir um copo d'água, na verdade, o seu interlocutor estaria reclamando do calor, e, além de trazer-lhe a água, a pessoa também liga o ventilador. E, uma terceira possibilidade, poderia ser a pessoa se equivocar, e trazer, ao invés de um copo d'água, um copo de refrigerante, sabor limão, que tenha perdido o gás.

Todos esses desvios apontam para o fato de que a linguagem fracassa quando utilizada para referir. Esse fracasso se dá porquanto há uma inadequação entre o significante e o referente que se busca significar (Teixeira, 2009). Ou seja, o significante, por mais que ele evoque um referente, ele nunca o alcança. Em outras palavras, não importa quão rigorosos sejamos com o uso formal da linguagem, sempre haverá a possibilidade de um desvio semântico. Por conseguinte, a eficácia da comunicação está colocada em questão.

Para Lacan (1971/2009), “é curioso que os linguistas não vejam que todo uso da linguagem, seja ele qual for, desloca-se na metáfora, que só existe linguagem metafórica”. Segundo ele, isso se dá porque “é da natureza da linguagem . . . que, no que concerne à abordagem do que quer que seja que o signifique, o referente nunca é certo” (p. 43).

Para que a relação entre a metáfora e o referente se torne inteligível é preciso ter em mente o que Lacan entende por metáfora, pois ela se distancia, e muito, dos exemplos contidos nos manuais escolares (Iannini, 2013).

Guiados por Iannini (2013) encontramos em “A metáfora do sujeito” (1960) a definição de metáfora para Lacan. Segundo ele, “a metáfora é, radicalmente, o efeito de substituição de um significante por outro na cadeia, sem que nada de natural o predestine a essa função” (Lacan, 1960/1998a, p. 904).

O que nos interessa nessa definição lacaniana é esse “natural”. Entendemos que o emprego dessa palavra se refere àquilo que se encontra no estado de natureza, isto é, ao referente, aos objetos enquanto entidades em estado bruto. Desse modo, o que a definição lacaniana de metáfora indica é que é possível alavancar a dimensão semântica da linguagem (Simanke, 2003 como citado em Iannini, 2013) não por causa do referente, mas apesar dele.

Por exemplo, em o “Homem dos Ratos” (1909/2006), o que permite a criança proferir injúrias contra o seu pai esbravejando “‘Sua lâmpada! Sua toalha! Seu prato!’ e outros mais” (Freud, 1909/2006, p.230), é exatamente o fato de essas palavras não terem nenhum vínculo natural com os objetos aos quais buscam representar. Assim, a metáfora evidencia o desligamento do significante para com o referente.

No seminário sobre as psicoses, Lacan (1955-1956/2008) já havia nos fornecido um bom exemplo de como o exercício da linguagem acarreta o distanciamento daquilo que está na natureza, ao diferenciar as formas de o homem e de o animal se relacionarem com o dia e com a noite.

O autor deixa evidente que o homem, diferentemente do animal, não está imerso em um fenômeno de alternância entre dia e noite. Para o animal, o qual não conta com o recurso simbólico, o dia e a noite são experiências e se apresentam para ele na sua qualidade de entidades naturais.

Já o recorte simbólico modifica o estatuto dessa relação no que se refere ao homem.

O ser humano postula o dia enquanto tal, e assim o dia advém à presença do dia, sobre um fundo que não é um fundo de noite concreta, mas de ausência possível do dia, onde a noite se aloja, e vice-versa, obviamente. O dia e a noite são desde muito cedo códigos significantes, e não experiências. São conotações, e o dia empírico e concreto só surge ali como um correlato imaginário, desde a origem, muito cedo.³ (Lacan, 1955-1956/1984 como citado em Alomo, 2013, p. 83-84 – tradução nossa⁴)

Com efeito, é vedado ao ser humano o acesso à pura experiência na sua relação com o dia e com a noite, o que equivaleria a concebê-los como entidades reais. Ao contrário, afirma Lacan, dia e noite são apenas códigos significantes para os homens.

Ambos os exemplos, tanto o da metáfora, quanto este último, explicitam a inexistência de um vínculo originário entre significante e referente. No entanto, cada um aponta para um aspecto da linguagem.

O primeiro exemplo representa o que Iannini (2013) chamou de caráter negativo da linguagem, que tem a ver com o fato de que a metáfora tem um ponto de apoio no *nonsense*. O que significa isso? Significa que a linguagem, ao ser composta apenas por significantes,

³ No original: « El ser humano postula el día en cuanto tal, y así el día adviene a la presencia del día, sobre un fondo que no es un fondo de noche concreta, sino de ausencia posible del día, donde la noche se aloja, e inversamente por cierto. El día y la noche son muy tempranamente códigos significantes, y no experiencias. Son conotaciones, y el día empírico y concreto sólo surge allí como correlato imaginário, desde el origen, muy tempranamente. »

⁴ Optamos por citar a versão em espanhol porque, em relação à portuguesa, a tradução está mais fiel à versão original em francês.

tem como característica principal ser antirrealista, como assevera Safatle (2007). Ainda segundo esse autor, essa característica da linguagem advém de o significante, em sua essência, não ser um dispositivo de denotação e, por esse motivo, não denotar objeto algum.

E o que está retratado no segundo exemplo é a positividade da linguagem, que está ligada ao fato de a linguagem criar entidades que não existem no real. Essas entidades que devem a sua existência à linguagem, e somente a ela, recebem o nome de ficções (Bentham, 1932 como citado em Miller, 1973/1996).

Para Miller (1999a), as ficções nascem da seguinte metáfora:

$$\frac{\text{a palavra}}{\text{a coisa}}$$

Segundo ele, a metáfora equivale à proposição de Lacan de que a palavra é o assassinato da coisa. Mas o ensino lacaniano nos permite ir mais adiante, conforme argumenta esse autor. É possível escrever desta forma a metáfora original:

$$\frac{\text{palavra}}{\text{coisa} \rightarrow \text{objetos}}$$

Essa metáfora comporta não só o assassinato da coisa pela palavra, mas a criação dos objetos ou entidades correlativa ao lugar vazio deixado por esse efeito de aniquilação (Miller, 1999a). Vemos que esses objetos não têm outro estatuto de existência senão suas consistências discursivas,

isso porque a linguagem tem o pendor natural para a substantificação de suas entidades, na medida em que falamos desses seres irrealis como se fossem reais. . . . De tanto dizer que “a água corre”, começo a dizer “fluxo da água”; de dizer que “esta mesa é pesada”, começo a dizer “o peso da mesa”, como se “fluxo” ou “peso” pudessem ser reduzidos a alguma impressão sensível (Iannini, 2013, p.284).

Assim, as ficções, por se tratarem de entidades discursivas que não têm correlato de realidade, endossam o argumento de que o uso da linguagem como aparelho para referir é, antes de tudo, um uso forçado.

Após a apresentação dos argumentos acima, entendemos que a comunicação como um laço legítimo entre os seres falantes é, antes de tudo, uma falácia. A comunicação não pode mais ser considerada a garantia de um laço entre os seres falantes, uma vez que ela também

passa a reivindicar a sua própria garantia, visto que não há relação biunívoca entre palavra e coisa.

1.2.3 A forclusão generalizada

Trilhando o caminho sugerido por Miller (1987/2010) para chegarmos ao entendimento da forclusão generalizada, é preciso, então, que trabalhemos a forclusão para futuramente opô-la à comunicação. Dessa forma, abordaremos esse conceito não de maneira extensa, mas apenas levantando os pontos necessários para chegarmos ao objetivo mencionado.

E, para isso, Miller (1987/2010) nos orienta a não analisar a forclusão sob o prisma da dissolução da cadeia simbólica pela ausência do significante do Nome-do-Pai no Outro. Mas, por outro viés, que “geralmente é deixado de lado” (Brodsky, 2013), qual seja aquele que aponta para uma rejeição no real.

Dessa maneira, seguiremos pela constatação lacaniana de que o que está forcluído no simbólico reaparece no real, isto é, “a função da forclusão implica que o que não existe como símbolo reapareça sob várias formas no real, ou seja, fora do sentido” (Brodsky, 2013, p. 25).

Para abordar essa faceta da forclusão, Miller (1987/2010) utiliza como exemplo o episódio recolhido e analisado por Lacan em uma apresentação de pacientes com duas mulheres, mãe e filha. Lacan mesmo nos informa que se tratava de um delírio a dois.

Ele relata que tudo acontece quando ambas estão no corredor saindo de casa e encontram o amante da vizinha. A filha, então, escuta um insulto, que não é outra coisa senão uma alucinação: *Porca!*.

Durante a apresentação de pacientes, a menina, contudo, alerta para o fato de não ser tão inocente, pois ela mesma havia dito algo ao passar. Ela confessa ter dito: *Eu venho do salsicheiro*.

No seminário sobre as psicoses, Lacan se questiona o que teria vindo primeiro: a fala do rapaz, ou a fala da menina. Esse questionamento é essencial para aquele que busca caracterizar a interlocução normal e distingui-la da interlocução delirante – e que, por conseguinte, adota o fenômeno da comunicação como foco para analisar o fato. Como nos informa Miller (1987/2010), este era um dos objetivos de Lacan naquele momento.

Entretanto, ele assevera que Lacan reconhece que mais importante do que analisar a alucinação como um fenômeno de comunicação, é atentarmos para o fato de *Porca* ter sido ouvida no real, ainda que, definitivamente, a injúria não tenha sido pronunciada. Segundo

Miller, é exatamente o que Lacan faz em “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (1959).

Neste texto, Lacan (1959/1998) afirma que a injúria *Porca* vem substituir o que não tem nome, isto é, um objeto indizível que é rechaçado no real. E, mais adiante, ele faz menção à cadeia rompida, enunciando que “a função de irrealização não é tudo no símbolo. Pois, para que a sua irrupção no real seja indubitável, basta que ele se apresente, como é comum, sob a forma de cadeia rompida” (p. 542).

O fenômeno da cadeia rompida e a forclusão evidenciam, dessa forma, que o significante não pertence apenas ao simbólico, isto é, ele também faz aparições no real, não como símbolo, mas como algo sem significação.

Assim, dizer que o que está forcluído no simbólico reaparece no real é muito mais do que dizer que aquilo não está inscrito. Isso implica que o que não está inscrito existe e sempre vai retornar desde outro registro (Brodsky, 2013). Logo, não é permitido ao sujeito se olvidar que, ainda que ele tenha fixado sua morada no simbólico, no caso da neurose, ele não está livre das investidas daquilo que habita o real, que é o registro vizinho.

É nesse sentido que podemos opor comunicação e forclusão. Enquanto a primeira fala de um deslocamento do sujeito ao Outro, isto é, algo que se dá apenas no simbólico, a estrutura da forclusão propõe uma mudança de registro.

A forclusão se opõe à comunicação porque torna evidente que o rigor formal da linguagem visado na comunicação, “quando muito, mascara, mas, na verdade, não impede o desvario semântico da linguagem nem tampouco seu desligamento para com o referente” (Teixeira, 2009, p. 161-162). Por conseguinte, desfaz-se a crença de que o simbólico é passível de revestir o real por completo e explicita-se o fato de que sempre restará algo por representar.

Isso significa que, independente da estrutura, sempre haverá um ponto de sem sentido. Tal é o fundamento da forclusão generalizada.

Tendo em vista a proposta de uma forclusão generalizada, e, levando em conta que a ordem simbólica não se ordena pelo referente (Teixeira, 2000), podemos concluir que a veracidade de um fato ou de um enunciado não pode ser mais medida de acordo com a sua adequação ou não ao referente, seja na neurose, seja na psicose.

Assim, a forclusão generalizada está associada à assertiva de Lacan: “todo mundo é louco, ou seja, delirante” (Lacan, 1978/2010, p. 31), o que elimina qualquer possibilidade de se pensar a psicose em déficit em relação à neurose. Diante do exposto, ambas as estruturas são deficitárias no tocante a apreensão do referente. Não obstante, os efeitos de uma forclusão

generalizada são experimentados de formas distintas pelo neurótico e pelo psicótico como se verá mais adiante.

1.2.4 Valéria, Bartleby e a forclusão generalizada

Retornando ao caso de Valéria, poderíamos dizer que ela vivia momentos de imersão na forclusão generalizada. Em outras palavras, períodos de completa ausência de sentido, que geravam episódios de ruptura com o Outro.

Sua vida, vazia de sentido, como ela mesma apontou, se assemelhava a uma página em branco, sempre a esperar o colorido das significações. Mas ela parecia se recusar a lidar com “a perpétua demanda de representação” (Milner, 2006, p. 50), que é a vida, mantendo-se reclusa, na maior parte das vezes.

O Outro, porém, não lhe permitia a reclusão. Como havíamos dito anteriormente, às vezes, Valéria era obrigada a ir a festas de família, casamentos e velórios. Era convidada a celebrar a união entre os membros de sua família, era chamada a se mostrar consternada com o sofrimento alheio e, ainda, a brindar o laço matrimonial de um casal apaixonado, entre outros. Todas essas situações lhe causavam grande ansiedade e, de alguma forma, a desorganizavam psiquicamente.

Nesse sentido, o caso questiona a possibilidade de existência de algum sujeito completamente imerso em uma forclusão generalizada, o que configuraria “um sujeito para o qual não haveria o menor traço de conflito” (Teixeira, 2000, p.51). A simples possibilidade de se levantar o questionamento acima, chama a atenção para o fato de que a clínica está o tempo todo colocando em teste as constatações de seu campo teórico. Tal fato fica ainda mais claro quando comparamos Valéria e Bartleby pelo viés da forclusão generalizada.

A seguinte reflexão do narrador-advogado ilustra bem o motivo de tomar Bartleby como um exemplo paradigmático de um sujeito imerso na forclusão generalizada: “Às vezes a passividade de Bartleby me irritava. Sentia um desejo estranho de que me confrontasse, trazendo à tona uma faísca de raiva que correspondesse à minha” (Melville, 2005, p. 12). O que essa reflexão nos permite observar é que os múltiplos cortes que Bartleby realizava na relação com o Outro, recusando-o radicalmente, culminou com a ausência de toda e qualquer espécie de confronto com o Outro, fazendo-o inexistir para esse sujeito.

Milner (2006) ao se referir aos melancólicos, os descreve com as seguintes características: “ataraxia, ausência de temor ou de esperança, serenidade” (p. 52). Apesar de não ser nosso objetivo dar um diagnóstico à Bartleby na presente dissertação, é possível

reconhecer essas características no personagem. Portanto, torna-se evidente que a questão de Bartleby é uma questão melancólica: “possa toda demanda se apagar” (Milner, 2006, p. 52).

Tudo o que ele queria era não ser perturbado, mas se, por acaso, acontecia, não era motivo para maiores aborrecimentos. Com a mesma serenidade de sempre ele declinava o pedido e tudo se passava como se nada o tivesse tirado de sua posição de retiro absoluto.

Não é, todavia, o que observamos em Valéria e é nesse sentido que argumentamos que a clínica coloca limites à teoria. A paciente se aproxima de Bartleby no quesito demissão do Outro. Mas ela diverge dele quando reagia às investidas do Outro, desencadeando conflitos que chegavam, a certo ponto, a desestabilizá-la.

Por conseguinte, não vemos em Valéria essa serenidade inabalável. Mas já estávamos avisados por Zenoni (2007) que os casos de esquizofrenias puras, aquelas em que o confronto com o Outro é nulo, são raros na clínica.

Assim sendo, não nos é facultado ver, no dia a dia, psicóticos imersos em uma forclusão generalizada, ou seja, sujeitos sem conflitos. Consequentemente, resta-nos supor que esta incide sobre os sujeitos psicóticos ao modo de uma forclusão local (Teixeira, 2000). Podemos, agora, voltar ao ponto em que paramos acima.

Afirmamos que, apesar de não se conceber mais a psicose como estando em déficit em relação à neurose, os efeitos da forclusão generalizada na psicose são distintos de seus efeitos na neurose. A fim de avançarmos, devemos nos perguntar, por que a forclusão generalizada, ao incidir na psicose, resulta na dissolução da realidade dos sujeitos psicóticos. Não pretendemos responder essa pergunta de imediato, visto que a consideramos a espinha dorsal para a construção dos argumentos desta dissertação.

Dar um passo na direção da construção dessa resposta exige que olhemos mais detidamente em uma das questões centrais do caso: a questão do sentido.

1.3 O sentido no caso Valéria

Como observamos, diferentemente do animal, o ser humano não está imerso no seu ambiente. Em outras palavras, o homem é distinto do seu ambiente, já que, para ele, é aberta a possibilidade de se ter acesso ao significante. Sabendo disso e passando a uma análise mais detalhada do caso, podemos afirmar que, como um ser falante, Valéria detém o significante, o que nos permite caracterizá-la como um sujeito que está na linguagem. Porém, só com o significante, ela não conseguia obter um sentido para a sua vida.

A partir daí, podemos constatar a seguinte (não)relação:

Significante // sentido

Lê-se que o significante é condição de sentido, mas há uma barreira interposta entre os dois. Em outras palavras, é necessário algo que cimente essa relação, uma vez que, sem isso, ela não se concretiza.

Antes de seguirmos adiante, é preciso que se compreenda o que estamos chamando de sentido aqui. Não é que a paciente não sabia elaborar frases que veiculassem um sentido por meio de uma mensagem; não estamos falando de uma inabilidade no uso formal da língua.

O sentido a que nos referimos e o qual a vida de Valéria parecia carecer é esse que afeta os nossos corpos e nos engaja em nossos afazeres, desde os mais simples, como acordar e escovar os dentes, até os mais complexos, como criar a própria empresa, por exemplo. E, o que o caso indica, é que esse sentido depende da capacidade do sujeito de significar os pequenos fatos da vida.

Uma outra (não)relação é evidenciada pelo caso:

Sujeito // Outro

Temos que o sujeito é condição do Outro, mas também existe algo que precisa ser atravessado para conectá-los.

O algoritmo acima parte da seguinte constatação: como sujeito que porta um significante, esperava-se que Valéria participasse das trocas sociais que se dão no Outro. No entanto, não é o que acontecia.

Desse modo, apesar de estar na linguagem, a paciente estava separada do Outro. O que nos leva a um terceiro algoritmo que o caso nos permite elaborar.

$$\begin{array}{ccc} \text{significante} & & \text{sentido} \\ \hline & = & \hline \text{sujeito} & & \text{Outro} \end{array}$$

Lê-se: significante está para sujeito assim como o sentido está para Outro.

Pois, no momento em que Valéria abriu mão de seu contato com o Outro, ela perdeu a possibilidade de atribuir sentido à sua vida. Utilizando os termos do caso, ela perdeu o Outro e ganhou o nada. Portanto, temos que o sentido surge da conexão do sujeito com o Outro.

Todavia, se retornarmos ao item anterior (1.2.4), veremos que a falta de sentido acaba por causar o desligamento do sujeito em relação ao Outro. Assim, podemos verificar que não só o sentido surge da conexão do sujeito com o Outro, como, também, é, partindo do sentido, que se cria um laço com o Outro.

Isso significa que a falha existente na própria raiz da linguagem (Miller, 1999a) é recoberta por uma outra falha, que é essa que separa o sujeito do Outro. Mas, o que faz, então, o sujeito enlaçar-se ao Outro? Eis uma pergunta relevante, uma vez que o que quer que seja que permita essa ligação não está operando no caso de Valéria.

Antes de nos enveredarmos pelos caminhos que irão nos levar a uma reflexão sobre esse aspecto fundamental, precisamos nos deter em um ponto não menos importante. A demissão do Outro por Valéria não só repercute em uma completa ausência de sentido, como também afeta o corpo da paciente de um modo contundente.

1.3.1 A agitação de Valéria e o significante

Conforme observamos no relato do caso, Valéria não trabalhava. Desde o episódio de desencadeamento de sua psicose, ela fez alguns poucos trabalhos temporários e fora da sua área, não ficando mais do que poucos meses desenvolvendo a função.

Ela também quase não saía de casa, a não ser para realizar atividades simples, como pagar uma conta na casa lotérica perto de sua residência. Em atendimento, chegou a falar que isso a deixava cansada e sem ânimo durante todo o resto do dia.

Valéria não possuía um círculo social que ultrapassasse os vínculos familiares. Fazemos tal inferência, pois, durante um ano de atendimento, ela nunca falou da existência de amigos, colegas, ou ainda uma companhia amorosa. Porém, apesar de não falar sobre sua situação de reclusão, demonstrava, com o choro, que se repetia em diferentes sessões, o transbordamento de sua angústia.

A paciente falava, também, que frequentemente era acometida por uma *agitação*. Ela não conseguia explicar muito bem o que era isso. Investigou-se se poderia se tratar de episódios de mania, mas a hipótese não se confirmou.

A agitação de Valéria, conforme ela mesma apontou, dizia respeito muito mais a algo que mobilizava o seu corpo, sem exigir, contudo, nenhuma espécie de canalização, o que

acabava por dificultar a sua assimilação e a impedia de dar um tratamento ao que a acometia pela via do sentido.

Na tentativa de esclarecermos esse transbordamento pulsional pelas vias do choro e dessa agitação que acometia Valéria e, tentando articular teoricamente as (não)relações que o caso apresenta, encontramos no seminário lacaniano *Mais, ainda* (1972-1973) a seguinte afirmação: “O significante é a causa do gozo” (Lacan, 1972-1973/1985, p. 36).

Miller (2008), na lição intitulada “El partenaire-síntoma, medio de goce” de seu seminário *El partenaire-síntoma* (2008), ainda que não desenvolva a citação lacaniana acima, oferece um caminho para tentarmos entendê-la. Esse caminho tem início na oposição entre o princípio de prazer freudiano e o gozo.

De acordo com o autor, a definição lacaniana de prazer leva em consideração as noções de harmonia e moderação, sempre pensando no funcionamento homeostático do corpo. Já o gozo supõe a excitação e envolve tudo o que diz respeito ao extremo de tensão.

Ainda segundo Miller, ao aproximar o princípio de prazer do simbólico, Lacan também opõe essa satisfação, que se sustenta na linguagem, ao gozo. A primeira é a favor da homeostase e a segunda não.

Contudo, o que Miller evidencia, considerando seu comentário sobre *Mais, ainda*, é que o psicanalista abre mão dessas oposições nesse seminário e passa a atestar que, de certo modo, o gozo está em tudo. É, inclusive, correto chamar de gozo a satisfação sustentada pelo significante.

Nesse sentido, ele se pergunta o que justificaria o fato de Lacan elevar a satisfação sustentada pelo significante ao estatuto de gozo. “Precisamente, que o corpo do ser falante não obedece, em nenhum aspecto, ao princípio de prazer animal, ao puro princípio de prazer do organismo animal” (Miller, 2008, p. 397 – tradução nossa).⁵

Segundo Miller, as coisas se dão dessa forma, porquanto o corpo do ser falante está marcado de maneira inexorável pelo significante, de modo que, se há um gozo do corpo, esse não é, senão, o gozo do significante.

Recorrendo a outro texto de Miller, “Leer un síntoma”, de 2011, descobrimos que é possível lermos esse gozo do corpo como uma metáfora. O gozo do corpo advém da ação de um significante, porém um significante fora do sentido. Disso decorre que não existe homeostase possível para o ser falante. O gozo já é vivenciado, desde a entrada do sujeito na

⁵ No original: « Precisamente, que el cuerpo del ser hablante no obedece, bajo ningún aspecto, al principio de placer animal, al puro principio de placer del organismo animal. »

linguagem, como excesso, o que faz com que o próprio corpo do ser falante seja experimentado com certa estranheza e se apresente para o sujeito como alteridade.

Lacan (1973/2003) ilustra muito bem essa questão no seguinte trecho de “O aturdido”:

que não há relação sexual, pelo fato de que um animal, d'estabibat [stabitat] que é a linguagem, por abitalo [labiter] que para seu corpo cria um órgão – órgão que, por assim lhe ex-sistir, determina-o por sua função, desde antes que ele a descubra. É justamente por isso que ele fica reduzido a descobrir que seu corpo não é sem outros órgãos, e que a função de cada um deles lhe cria problemas – coisa pela qual se especifica o dito esquizofrênico ao ser apanhado sem a ajuda de nenhum discurso estabelecido. (p. 475)

É a existência da linguagem, ou seja, a interferência do significante no corpo do animal humano que transforma em problema colocar em função os órgãos do corpo. Há uma disfunção do órgão devido à entrada do sujeito na linguagem, visto que o órgão passa, a partir daí, a exigir uma satisfação. E demanda do sujeito que ele dê um jeito nisso.⁶

A questão é saber, então, como domesticar esse gozo do corpo, de maneira a auxiliar a apropriação do próprio corpo pelo sujeito. Vemos, com Lacan, que ele credita essa solução na conta do discurso.

Nos próximos capítulos abordaremos mais detidamente tanto a noção de discurso quanto essa saída possível. Por esse motivo, não vamos abordá-la nesse momento.

O que podemos adiantar é que a solução pelo discurso passa pelo que Miller (2011, 18 de julho) chamou de metonímia do gozo. Momento em que uma significação simbólica afeta um certo número de objetos.

Assim, podemos dizer que houve a metáfora do gozo, isto é, a sua condensação no corpo, mas o próximo passo, que seria a metonímia do gozo, o seu deslocamento, não ocorreu no caso de Valéria. Voltaremos a isso mais adiante.

1.3.1.1 Valéria e o corpo afetado

Por ora, mais uma vez gostaríamos de comparar Valéria a Bartleby, desta vez tendo em vista a desordem que o significante pode causar no corpo.

Analisando o personagem principal da novela americana, podemos afirmar que não há em Bartleby qualquer sinal de um corpo desajustado pelo significante. Essa foi a mesma

⁶ Comunicação oral, obtida em Seminário de Qualificação pelo professor Paulo Vidal, em 2014

observação do chefe do escrivão, após receber a primeira resposta negativa do empregado, ao solicitar que ele verificasse a própria cópia. Expressou o narrador:

O seu rosto estava controlado, os seus olhos cinza obscuramente calmos. Não havia sequer uma ruga de preocupação perturbando-o. Se houvesse alguma inquietude, raiva, impaciência ou impertinência nos seus modos, em outras palavras, se houvesse algo humano em Bartleby, sem dúvida, eu o teria demitido bruscamente do meu escritório. (Melville, 2005, p. 9)

Dessa maneira, por concordarmos com Miller (2008) em seu posicionamento de que não há sujeito algum cujo corpo não seja afetado pelo significante, mais uma vez apontamos para o fato de que Bartleby não pode ser senão um ente fictício.

O caso, por outro lado, evidencia que esse excesso pulsional vivenciado no corpo por Valéria, seja na forma desse choro por causa de nada – que se repete nas sessões –, seja na forma dessa agitação, decorre da incidência desse significante fora da cadeia, desse significante fora do sentido. Afinal, é essa a lição que o caso nos transmite: o sentido, a articulação significante e o discurso estão do lado do Outro. Do lado do sujeito estão o sem sentido, o excesso pulsional e o significante sozinho.

Sem o Outro, a paciente não conseguia fazer uma barreira contra esse excesso pulsional e, também, não conseguia atribuir sentido à própria vida. Isso posto, vislumbramos uma possível direção de tratamento que seria auxiliá-la no restabelecimento dos laços com o Outro.

Há que se problematizar a viabilidade dessa direção de tratamento, haja vista que os laços de Valéria com o Outro se encontravam rompidos, exatamente porque ela o demitia. É preciso, então, que elaboremos uma hipótese sobre o que levava a paciente a essa inexorável demissão do Outro, para depois passarmos a análise de uma direção de tratamento possível. Esse é o assunto que abordaremos no próximo capítulo.

Todavia, antes de passarmos adiante, é importante retomarmos brevemente o nosso percurso até o momento.

Por não apresentar sintomas psicóticos muito aflorados, e não se queixar de problemas na esfera interpessoal, o que, à primeira vista, configura um caso de fácil manejo, Valéria não convoca a atenção de estudantes de psicologia ou medicina.

Poderíamos, inclusive, afirmar que casos como o seu, quando atendidos em consultórios particulares, integram a lista de pacientes cujo acompanhamento se dá em um intervalo de tempo relativamente longo. São casos que não justificam um acompanhamento próximo e sistemático, por se tratarem de pacientes que não oferecem riscos para si e para o

outro e, por esse motivo, não necessitam de medidas de contenção, sejam elas múltiplas internações ou altas dosagens de psicofármacos.

No caso de Valéria, há um agravante relacionado ao fato de ela demitir o Outro. No âmbito social, esse comportamento se explicitava na ausência de relacionamentos afetivos, e ainda, na falta de interesse por atividades laborais ou de lazer, que se dão fora do ambiente doméstico. Nos atendimentos, esse movimento aparecia no “nada” que ela respondia sempre que era inquirida sobre o motivo de um choro ocorrido durante o atendimento, por exemplo.

Consideramos, inicialmente, essa demissão do Outro como uma recusa de Valéria às investidas desse Outro. Nesse sentido, ela se assemelha à Bartleby, personagem ficcional do conto americano. Todavia, concluímos que, no caso da paciente, essa recusa não operava em diversas situações, como aquelas em que se exigia dela o compartilhamento de comportamentos e sentimentos socialmente codificados. É o caso de casamentos e velórios. Nos dias que antecediam essas comemorações, ela se apresentava discretamente desorganizada psiquicamente; e aí, ela se difere de Bartleby.

Outro ponto central do caso é a relação existente entre a demissão do Outro por Valéria e a queixa que ela apresentava de que sua vida carecia de sentido. Por isso, fomos buscar na bibliografia psicanalítica, primordialmente de orientação lacaniana, balizas teóricas que nos auxiliassem na leitura do caso, e encontramos que a ausência de sentido é a base da linguagem.

Descobrimos que o sem-sentido é um real que se apresenta para todo sujeito, seja ele neurótico ou psicótico, e como tal, é um índice de que a forclusão é generalizada. E, ainda, que toda tentativa de obturar esse vazio de sentido, que é o real, por meio do simbólico, acaba por se assemelhar ao delírio, pois, define-se como delírio toda montagem de linguagem construída sobre um vazio (Miller, 1999a). Sendo assim, se toda construção de sentido tem o estatuto de delírio, como não ser louco?

Sobre esse aspecto, levantamos a hipótese de que a forclusão generalizada incide sobre o sujeito psicótico ao modo de uma forclusão local, redundando na dissolução da realidade para esses sujeitos. O que não ocorre na neurose.

Por último e, novamente partindo do caso, encontramos uma relação existente entre o significante fora da cadeia e as manifestações de um excesso pulsional experimentado no corpo por Valéria. Um possível laço com o Outro aparece, agora, não só como uma potência de significação para trazer sentido para a vida de Valéria, mas também como um tratamento do gozo.

A partir daí, afirmamos que uma direção de tratamento possível para o caso adviria da facilitação para um restabelecimento dos laços com o Outro pela paciente. Mas como auxiliá-la, se a todo o tempo ela demitia o Outro?

2 A DEMISSÃO DO OUTRO: A CONSTRUÇÃO DE UMA HIPÓTESE

Ao longo do primeiro capítulo, deixamos algumas perguntas para serem respondidas no decorrer desta dissertação. A questão que procura elucidar o motivo de a forclusão generalizada resultar na dissolução da realidade dos sujeitos psicóticos ao incidir na psicose será o nosso guia para desenvolvermos os principais temas desse capítulo.

Outro questionamento lançado no capítulo anterior também permitirá um melhor delineamento de uma hipótese para o funcionamento de Valéria em relação ao Outro. O que faz o sujeito enlaçar-se ao Outro?

Como salientado anteriormente, apesar de a paciente comparecer a todos os atendimentos agendados no período de vigência do estágio e nunca ter chegado atrasada, ela usava o tempo da sessão para contar, em poucas palavras, algo que havia acontecido em sua casa, ou o que tinha feito durante a semana e, às vezes, sobre a sua dificuldade com a perda de peso.

Tocamos nesse ponto, no capítulo anterior, para introduzir este aspecto idiossincrático de Valéria o qual diz respeito ao uso que ela fazia do atendimento, mais precisamente, ao uso que ela fazia da escuta clínica. Como já foi colocado, a paciente nada demandava à profissional. Ela não endereçava perguntas sobre a causa de seus sintomas ou sobre a duração do tratamento, ou, ainda, não pedia conselhos sobre como proceder em situações de conflitos familiares – demandas recorrentes durante um tratamento de sujeitos neuróticos.

Mas isso não significa que Valéria não sofria. O seu sofrimento era patente e se manifestava, principalmente, no choro durante a sessão. E, nesses momentos, quando a psicóloga imaginava haver um espaço para tentar abordar questões mais íntimas, a paciente novamente recusava a sua aproximação, respondendo que o motivo de seu choro era nada.

O que estamos querendo salientar é que Valéria parecia dar credibilidade ao tratamento quando comparecia, pontualmente, a todos os atendimentos agendados, mas, surpreendentemente, recusava o saber da profissional ao não lhe endereçar nenhum questionamento sobre seus problemas. Isto é, em um mesmo movimento, ao não responder do lugar esperado, que é o do paciente, ela retirava a profissional de seu lugar: aquele que supostamente pode ajudá-la a resolver seus problemas.

Essas são apenas algumas das situações já descritas anteriormente que exemplificam a demissão do Outro por Valéria. Seja na relação com a psicóloga, seja no dia a dia.

Propomos, nesse segundo capítulo, a elaboração de uma hipótese para o funcionamento de Valéria, que partirá da articulação de noções como significante,

significado, significação, sentido e discurso, entre outros, para, posteriormente, analisarmos como elas se aplicam ao caso.

2.1 A linguística lacaniana

Retomemos, por um instante, a proposta de uma forclusão generalizada. Como dissemos anteriormente, a forclusão é generalizada porquanto a linguagem não representa o real, visto que, por mais que o significante evoque um referente, ele nunca o alcança.

Consequentemente, é fácil tecer o seguinte julgamento: que o significante falha ao tentar executar aquilo a que se propõe, isto é, representar a coisa. Mas, não devemos confundir o uso que fazemos do significante para nos comunicar – uso do qual não podemos nos privar, “posto que ninguém poderia ter em substância o pensamento de outra pessoa” (Teixeira, 2010, p. 25) –, com a sua definição.

Lembremos, pois, que, para Saussure, fundador da linguística, na língua só existem diferenças.

Quer se considere o significado, quer o significante, a língua não comporta ideias nem sons preexistentes ao sistema linguístico, mas somente diferenças conceituais e fônicas resultantes desses sistemas. O que haja de ideia ou de matéria fônica num signo importa menos do que o que existe ao redor dele nos outros signos. (Saussure, 1916/2012, p. 167)

À vista disso, temos nessa passagem dois axiomas referentes à definição do significante. O primeiro deles é que o significante não se define por aquilo que é exterior ao sistema linguístico. Aí já se descarta qualquer relação que o significante poderia ter com a coisa, fosse essa relação representativa, fosse de outra ordem.

O outro axioma é que o significante se define pela articulação com outro significante – que, por se tratar de um outro, implica que é diferente do primeiro. Isso faz do significante um elemento puramente diferencial.

Um fato relevante é que esse conceito não é da psicanálise, mas da linguística. Sendo assim, devemos nos questionar por que existem tantos psicanalistas como Jacques-Alain Miller que constroem proposições, como a forclusão generalizada, tendo como alicerce conceitos linguísticos. Isso só é possível dado que houve, antes deles, um pioneiro nessa articulação das duas áreas. Esse psicanalista foi Jacques Lacan.

Nancy & Lacoue-Labarthe (1973/1991) esclarecem que o encontro de Lacan com a linguística se deu no momento em que ele propunha uma reconstrução teórica da psicanálise

visando à reconstituição de sua identidade, por meio de um retorno às origens, isto é, um retorno à Freud. O objetivo lacaniano era de que essa reconstrução teórica auxiliasse na retificação da prática psicanalítica, pois esta estava sendo profundamente modificada pelos psicanalistas que praticavam a psicanálise desde a morte de Freud até o início dos anos 50.

Para que isso fosse possível, Lacan se apropriou de alguns conceitos linguísticos, ao invés de simplesmente transplantá-los da linguística para a psicanálise. Lacan não só se apropriou deles, como os subverteu.

É em “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud” (1957/1998) que podemos encontrar registrado todo esse trabalho subversivo realizado por Lacan em relação aos conceitos elaborados por Ferdinand de Saussure. O psicanalista cria ali todo o arcabouço teórico do qual lançará mão para demonstrar a sua tese de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem.

A principal manobra subversiva, e a que nos interessa para esta dissertação, é aquela dirigida à concepção saussuriana de signo.⁷ A partir dela, Lacan pôde elaborar o algoritmo: S/s. Ele mesmo é quem nos ensina como deve ser lido o seu algoritmo: “significante sobre significado, correspondendo o ‘sobre’ à barra que separa as duas etapas” (Lacan, 1957/1998, p. 500).

Lacan continua a sua leitura afirmando que significante e significado constituem duas ordens distintas separadas por uma barra que representa uma barreira que resiste à significação. Daí deduz-se que o significante é independente do significado, não se tratando mais de dois elementos intimamente unidos, um reclamando o outro, como propunha Saussure.

Ali, no ponto em que, para Saussure, a *relação* (ou a reciprocidade ou a associação) é o inicial, Lacan introduz uma resistência tal que a transposição da barra, a relação do significante com o significado, resumindo, a produção da própria significação jamais serão evidentes – é o menos que se pode dizer. (Nancy & Lacoue-Labarthe, 1973/1991, p. 44)

Essa valorização da barra inaugura, pois, uma nova possibilidade para se pensar o significante, o significado e a significação.

⁷ Para um aprofundamento do conceito de signo linguístico ver Saussure, F. de (2012). *Curso de linguística geral*. (A. Chelini, J.P. Paes & I. Blikstein, Trads.). São Paulo: Cultrix.

2.1.1 O significante e o significado em “A instância da letra...”

Levando em consideração a subversão lacaniana, observamos que o significante passa a ser autônomo, de modo que ele não mais “atende à função de representar o significado”, e não tem mais que “responder por sua existência a título de uma significação qualquer” (Lacan, 1957/1998, p. 501).

Como elemento autônomo, o significante ganha a sua própria estrutura, que, de acordo com Lacan, define-se por ser articulado. Isto é, um significante se conecta com outro formando uma cadeia. Ao dizermos *um significante e outro* estamos levando em conta que os significantes são puros elementos diferenciais.

Ainda nesse sentido, a autonomia do significante permite verificar que, por ele não ter relação com o significado, ele é asemântico e, por esse motivo, não só não significa nada, como pode significar qualquer coisa. Sabendo-se, pois, que o significante é asemântico, e que ele se reduz a um elemento puramente diferencial, encontramos na articulação de um significante com o outro a possibilidade de se saber o que ele significa. Ou seja, o significante nunca significa a si mesmo, sempre será necessário um segundo significante para saber o que o primeiro significa.

Diante disso, a significação não é mais o resultado da ligação do significante com o significado, pois “somente as correlações do significante com o significante fornecem o padrão de qualquer busca de significação” (Lacan, 1957/1998, p. 505). Logo, toda a produção do sentido acontece à revelia do significado.

A significação passa a ser pensada, então, como um efeito da articulação dos significantes posicionados em cadeia, levando em consideração o seu princípio diacrítico. A imagem que Lacan utiliza para representar a cadeia significante é um colar feito de anéis que sempre pode se enganchar no anel de um outro colar.

Assim sendo, como a significação é produzida, se o próprio conceito de cadeia significante permite colocar sempre mais um significante? Diante do exposto e antes de continuarmos nossa abordagem da significação, algo pode ser dito sobre o significado.

A primeira constatação mais óbvia a respeito do significado, quando comparado ao significante, é que, para Lacan, este último está em posição privilegiada em relação ao primeiro.

Pode-se, inclusive, acrescentar que o significado passa a ter com o significante uma relação de subordinação, conforme aponta o psicanalista, ao referir-se à gênese do significado

como resultado das ligações próprias do significante. Logo, para este autor, o significante determina o significado, haja vista os mecanismos de metáfora e metonímia.⁸

Voltemos ao exame da significação. Interrompemos nosso raciocínio quando nos questionávamos sobre o que colocaria um fim no “deslizamento incessante do significado sob o significante” (Lacan, 1957/1998, p. 506) à medida que mais um significante sempre pode se juntar à cadeia. A conclusão mais imediata é a de que é preciso um ponto de parada para que se formule o sentido.

Esse ponto de parada recebe o nome de ponto de basta. E como Lacan mesmo nos remete ao seminário sobre as psicoses, encontramos nele a conceituação desse elemento crucial para a estabilização da significação. O ponto de basta é “o ponto em que vêm se atar o significado e o significante” (Lacan, 1955-1956/2008, p. 311).

Contudo, se Lacan verifica, em “A instância da letra...”, que não existe a possibilidade de uma significação se sustentar a não ser pela remissão a uma outra significação, a existência factual de um ponto de basta está colocada em questão. O ponto de basta é, pois, uma ilusão.

“Não há nenhum significado ou significante transcendental que mantenha unida a significação, garantindo a sua coerência e a sua completude” (Stavrakakis, 2007, p. 79 – tradução nossa).⁹

Posteriormente, Lacan propõe uma nova referência para sustentar a adequação entre a linguagem e o mundo. Em 1973, no seminário *Mais, ainda* ele afirma que

o significante como tal não se refere a nada, a não ser que se refira a um discurso, quer dizer a um modo de funcionamento, a uma utilização da linguagem como liame. . . . O liame . . . é um liame entre aqueles que falam. (p. 43)

Antes de trabalharmos propriamente a questão do discurso, é importante observar que a concepção de Lacan acerca do significante e do significado sofreu algumas alterações. Afinal, desde “A instância da letra...” até o seminário *Mais, ainda* passaram-se aproximadamente quinze anos.

⁸ Lacan, J. (1957). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In *Escritos* (pp.493-533). (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

⁹ No original: « No hay ningún significado ni significante transcendental que mantenga unida la significación, garantizando su coherencia y completud. »

2.1.2 O significante e o significado em *Mais, ainda*

Se escolhermos trazer o seminário *Mais, ainda* para a nossa discussão é porque entendemos que nele Lacan está dialogando diretamente com o Lacan de “A instância da letra...”. Isso fica claro, por exemplo, quando comparamos a percepção desse autor no que tange a relação entre a psicanálise e a linguística.

Conforme observamos, em “A instância da letra...”, Lacan lançou mão dos conceitos linguísticos para defender a sua tese de que o inconsciente era estruturado como uma linguagem. Por outro lado, no seminário de 1972-73, ele assevera que essa famosa formulação não deve ser entendida como procedente do campo da linguística. Portanto, ele é contundente ao separar a linguística da psicanálise.

Essa é, também, a percepção de Milner (2009) sobre o assunto. Segundo ele, as relações entre a linguística e a psicanálise foram “tão profundamente transformadas pela obra de Jacques Lacan que se pode falar a esse respeito, de corte” (p. 177). Para Milner, é isso que estaria em questão quando a expressão *lingüisteria* (Lacan, 1972-1973/1985) foi forjada. Ela seria a representação exata “dessa relação de proximidade e de heterogeneidade absoluta” (Milner, 2009, p.179) entre as duas áreas.

Se o que dissemos tem alguma pertinência, é preciso, então, que busquemos em *Mais, ainda* indícios desse corte. A nosso ver, devemos procurá-los nas referências que o psicanalista faz ao significante e ao significado.

Como foi possível observar em “A instância da letra...”, para Lacan o significante era independente do significado, e este era determinado por aquele. Em *Mais, ainda* isso já não se observa. Segundo ele “o significante só se coloca como não tendo nenhuma relação com o significado” (Lacan, 1972-1973/1985, p. 42).

Miller (2009) utiliza o seguinte algoritmo para retratar essa disjunção:

S//s

É sabido que, nesse momento, ele elabora o algoritmo para ilustrar essa separação referindo-se a um outro texto de Lacan, a saber, “Introdução à edição alemã de um primeiro volume dos *Escritos*” (1975). Todavia, uma vez que esse texto lacaniano é contemporâneo de *Mais, ainda*, não é demais utilizarmos este algoritmo para ilustrarmos a afirmação que Lacan faz neste seminário.

Miller argumenta, a partir deste algoritmo, que em “Introdução...” define-se o significante não por sua capacidade de produzir significado, mas pela pura substituição de um significante por outro. E que a questão do sentido intervém, é claro, mas ela seria de outra ordem.

Estabelecer que o sentido é de outra ordem é o mesmo que dizer que ele não é regido pela lei significante, ou por qualquer outra. “A derivação do sentido das palavras que utilizamos não está escrita como necessária em nenhum lugar” (Miller, 2000, p. 169). Logo o sentido não é dado codificadamente, ele só pode ser, então, fruto de uma convenção.

O discurso é essa convenção capaz de promover a significação de um significante ao fixá-lo num significado. Ele é o operador que encadeia os significantes¹⁰ a fim de que eles obtenham uma significação. Chegamos, então, onde havíamos parado no item acima.

2.2 O discurso e a comunidade discursiva

A fim de desvendar o enigma por trás do dito laciano de que o significante não se refere a nada, a não ser que se refira a um discurso, vejamos alguns exemplos.

Quem já teve a oportunidade de frequentar os bastidores de uma peça de teatro, já deve ter presenciado um ator desejando ao outro “*Merda para você!*”, quando estão prestes a entrar em cena. À primeira vista, pode parecer estranho, para uma pessoa que desconhece as tradições do teatro, que um colega de cena esteja desejando algo pejorativo ao outro. No entanto, nessa comunidade discursiva, merda significa boa sorte.

Podemos observar que o significante só se estabiliza em um significado, dependendo da prática discursiva a qual esse significante está referido. Em outras palavras, um significante pode ser preche de significação ou carecer completamente dela para alguém, se essa pessoa faz, ou não, parte de uma determinada comunidade discursiva.

Outro exemplo que permite ilustrar o compartilhamento de um código é o diálogo entre Jake, uma criança de aproximadamente dez anos, e o pai no episódio “A Bag Full of Jawa” (2004) da extinta série de televisão *Two and a half men*. A conversa se dá após Jake ter mostrado o dedo médio para a professora e ser repreendido em consequência de seu ato. Mais adiante, tomamos conhecimento de que o menino o praticou sem saber o seu significado. Ele apenas o havia aprendido com o tio, ao vê-lo fazer o gesto em diferentes situações anteriores.

¹⁰ Comunicação oral, obtida em sala de aula com o professor Antônio Teixeira, em 2014

A criança, então, tem o seguinte diálogo com o pai:

-Pai.

-O quê?

-Como pode apenas um dedo ser o dedo ofensivo?

-Eu não sei, Jake.

-Esse é permitido, certo? (A criança mostra o dedo anelar.)

-Certo.

-Pai.

-O quê?

-Você está se sentindo ofendido? (A criança mostra o dedo mindinho.)

-Não.

-Eu não entendo. (Nesse momento a criança olha para os dez dedos da mão.) Quem decide sobre isso?¹¹

Fazendo uma comparação entre Jake e Alice, personagem de *Através do espelho e o que Alice encontrou por lá*¹² de Lewis Carroll, podemos afirmar que Jake ousa perguntar, o que Alice apenas insinua a Humpty Dumpty: afinal, quem manda nas palavras?

No diálogo entre Alice e Humpty Dumpty, a menina recebe com algumas ressalvas a fala de seu interlocutor, quando este afirma que as palavras que ele usa significam exatamente o que ele quer que elas signifiquem. A menina, por sua vez, replica que o que está em jogo na afirmativa de Humpty Dumpty é se caberia *a ele* fazer as palavras significarem as mais diversas coisas.

Ele, então, encerra o assunto afirmando que “a questão . . . é saber quem vai mandar [which is to be master]” (Carroll, 2009, p 245). O importante é, pois, quem decide. É o que constata Jake.

Retornando ao diálogo da criança com pai, o que Jake não entende é que não existe nada na anatomia do dedo médio que o distinga dos outros a ponto de torná-lo ofensivo,

¹¹ Adaptação do seguinte diálogo:

-Hey, Dad.

-What?

-How come only one finger is the bad finger?

-I don't know, Jake.

-This one's okay, right?

-Right.

-Dad.

-What?

-Anything?

-No.

-I don't get it. Who decides?

¹² Versão consultada: Carroll, L. (2009). *Aventuras de Alice no País das Maravilhas; Através do espelho e o que Alice encontrou por lá*. (M. L. Borges, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.

quando levantado separadamente. Na verdade, ele só adquire esse sentido ofensivo quando está referido a um determinado discurso.

Esse exemplo traz, ainda, outros pontos para pensarmos a comunidade discursiva e o discurso.

O primeiro ponto a se destacar é que uma comunidade discursiva é um grupo de pessoas que compartilham um código e só o fazem por não questionar as leis que regem esse código. Ou seja, não se pode dialogar se ficarmos a todo tempo buscando a origem ou o motivo de cada palavra (ou gesto) ter a significação que tem. Assim, enlaçar-se ao Outro implica assentir com uma imposição de uma significação.

O que nos leva ao segundo ponto, que é uma extensão do primeiro. Além de não se questionar a significação, não se questiona quem decide sobre a significação, como tenta fazer a criança, ao querer saber quem decidiu que o dedo médio seria o dedo ofensivo. Donde se conclui que o que institui uma comunidade discursiva é tão mais reconhecido, quanto menos conhecido for.

Interrogando-nos qual é esse elemento que atua de forma arbitrária decidindo sobre as significações de uma comunidade discursiva que se sustenta sobre ele e, lembrando que Lacan havia definido o discurso como um laço entre aqueles que falam, encontramos em Miller (2010) a afirmação de que “o laço social só se sustenta por causa do mestre, do significante mestre ou o que ocupe o seu lugar. O laço social só se sustenta porque não se discute” (p. 90).

2.2.1 O significante-mestre e suas funções: a exceção

Com o objetivo de definir o significante-mestre, vejamos alguns exemplos a partir dos quais poderemos conceituá-lo, tendo em vista as suas funções.

Stavarakakis, em “Lacan y lo político”¹³, apresenta um exemplo bastante elucidativo sobre o significante-mestre. Ele não é, precisamente, sobre este significante, e sim sobre o *point de capiton* lacaniano.

Com efeito, em momento algum de seu livro o autor fala de significante-mestre, mas toda vez que ele se refere ao *point de capiton*, pode-se substituir esta palavra pela outra, sem qualquer prejuízo conceitual. Vamos ao exemplo.

¹³ Versão consultada. Versão original: Stavarakakis, Y. (1999). *Lacan & the Political*. Abingdon, Oxon: Routledge.

Um dos maiores desafios da humanidade, até a criação de cronógrafos adequados, era estabelecer a longitude no mar. Até a criação desses instrumentos, as grandes embarcações navegavam praticamente às cegas, impossibilitadas que estavam de calcular a longitude exata.

Criado o cronógrafo, era possível, então, conservar um registro da distância até um ponto de referência (o grau zero de longitude). O problema era estabelecer a localização deste grau zero, mediante o qual estaria possibilitado o cálculo de qualquer longitude.

Gerou-se, então, toda espécie de debates sobre onde posicionar este referente, já que “não havia ancoragem natural no real. Não havia uma localidade geográfica que corporificara naturalmente o grau zero de longitude” (Stavrakakis, 2007, p.98 – tradução nossa).¹⁴

A decisão final foi tomada na Conferência Meridiana Internacional, realizada em Washington em 1884 que instituiu o meridiano de Greenwich como o ponto de referência universal. Como argumenta Stavrakakis, não houve surpresa, haja vista que a decisão foi apenas “o resultado da gradual hegemonização dos usos das cartas náuticas para a navegação marítima pelo *Nautical Almanac*, que eram impressas na Inglaterra e já utilizava o meridiano de Greenwich como ponto de referência universal” (Stavrakakis, 2007, p. 99).¹⁵ Tratava-se, dessa forma, de uma disputa hegemônica, logo política e ideológica.

Partindo desse exemplo, podemos constatar que o significante-mestre, isto é, a localização do primeiro meridiano, é a referência que permite, através de uma ordenação, a estabilidade da significação, ou seja, o cálculo da longitude.

É interessante observar que o significante-mestre assume uma função universal – determinar todas as coordenadas longitudinais –, justamente por ser um elemento esvaziado de qualquer conteúdo particular específico. Isso implica que a sua coordenada não é determinada pela mesma lei que determina as outras, o que o coloca como exceção ao próprio campo que ele organiza.

O significante-mestre é, pois,

um significante que gera a possibilidade de um discurso significativo na medida em que ele próprio não comporta nenhum tipo particular de significação. É nesse sentido que podemos identifica-lo ao elemento de exceção que organiza a possibilidade de um discurso deliberativo, desde que não seja alvo, ele próprio, de nenhum tipo de deliberação. (Teixeira, 2010, p. 35)

¹⁴ No original: « no había un anclaje natural e lo real. No había una localidade geográfica que corporizara naturalmente el grado cero de longitud. »

¹⁵ No original: « el resultado de la gradual hegemonización del uso de las cartas náuticas para la navegación marítima por el *Nautical Almanac*, que se imprimía en Inglaterra y utilizaba el meridiano de Greenwich como punto de referencia universal. »

Antes de passarmos para a análise das outras funções do significante-mestre, não podemos deixar de problematizar o que está em questão, no tocante a esse significante, quando se escolhe o meridiano de Greenwich como grau zero. Isto é, levando-se em conta toda a questão ideológica retratada no exemplo.

A partir disso, podemos afirmar que a eleição do significante-mestre não é do campo do debate ou do consenso. Ela é, antes de tudo, arbitrária e impositiva. Diante do exposto, temos que toda tentativa de representar a realidade por meio da língua depende da submissão desta a uma relação de poder. Visto que, longe de ela se corresponder ao mero reflexo da representação das coisas, ela é a expressão das formas instituídas de negociação do poder político (Teixeira, 2010).

Diante disso, o significante-mestre é o elemento que impõe, restringe o sentido de um discurso, cuja garantia repousa apenas neste elemento. Tal é o princípio de legibilidade deste significante que desenvolveremos a seguir.

2.2.2 O significante-mestre e suas funções: a decisão e a legibilidade

Haja vista tudo o que trabalhamos até o momento, o significante-mestre é aquele a partir do qual podemos ler toda a cadeia significativa. Ou seja, é o significante que permite que os outros adquiram significação. Essa não é outra, senão, a função do ponto de basta. Como ponto de basta, o significante-mestre apresenta-se por meio de seu princípio de legibilidade.

Para que os outros significantes adquiram significação é preciso, como vimos, que o significante-mestre não signifique nada. Mas, se o significante-mestre é por excelência o ponto de basta, somos obrigados a colocá-lo como o último significante da cadeia.

Por conseguinte, como um elemento pertencente à cadeia, o significante-mestre convoca outro significante e, desse modo, passaria ele mesmo a ter uma significação assim como os demais, algo que contradiz o seu princípio de legibilidade.

Consequentemente, evidencia-se uma atopia do significante-mestre. Afinal, ele é interno ou externo à cadeia?

A solução encontrada por Lacan (1960/1998b) foi estabelecer uma sigla para esse significante: S (A barrado). Isto é, “um significante [o qual] só pode ser um traço que se traça por seu círculo sem poder ser incluído nele” (p. 833). Assim, o significante-mestre só cumpre a sua função de legibilidade porquanto ele é uma exceção ao próprio discurso que ele organiza.

Vejam os um exemplo que nos ajuda a pensar a exceção do significante-mestre na sua articulação com a legibilidade. Este exemplo é tirado do livro *The Sublime object of ideology* de Slavoj Žižek.

Žižek (2008), interessado em definir onde se encontra o ponto de sustentação de um campo ideológico, desenvolve todo um raciocínio sobre o significante-mestre e como ele consegue colocar em ordem elementos que, a princípio, estariam à deriva. Tomando como referência um campo ideológico, Žižek toma emprestado o modelo lacaniano da cadeia significante para explicar como um elemento adquire sua significação mediante a sua relação com outros elementos.

Segundo ele, a princípio, o espaço ideológico é formado por elementos ideológicos soltos, “significantes flutuantes” cujas identidades não são dadas de antemão. Elas serão determinadas apenas na relação, ou melhor, em articulação, com outros elementos.

Isso vai ao encontro da constatação lacaniana de que

de início, seguramente ele [o significante-mestre] não está. Todos os significantes se equivalem de algum modo, pois jogam apenas com a diferença de cada um com todos os outros, não sendo, cada um, os outros significantes. Mas é também por isso que cada um é capaz de vir em posição do significante-mestre. (Lacan, 1969-1970/1992, p. 93)

Um ponto importante que Žižek traz, é o fato de que nem a identidade ou a significação desses elementos, muito menos a ordenação deles na cadeia é dada de antemão. É preciso que um ato interventivo organize esses significantes flutuantes um após o outro numa cadeia.

Esse ato interventivo é a fixação de um significante, por meio do qual, toda uma série de equivalências poderá ser feita. O exemplo que ele dá é o Comunismo.

Sob a rubrica do Comunismo, os significantes democracia, feminismo, ambientalismo, etc., ganham novas significações independentemente se esses elementos haviam recebido ou não outras significações, quando articulados a outro discurso ideológico. A democracia, agora é chamada democracia verdadeira, em oposição à democracia burguesa; o feminismo, vê-se agora relacionado à exploração da mulher resultante da divisão do trabalho determinada pela classe; o ambientalismo, passa a lidar com a destruição dos recursos naturais, consequência direta da produção capitalista.

Dessa forma, Comunismo funciona como um lastro, a partir do qual os outros significantes, quando em relação, recebem uma significação precisa e fixa dentro deste discurso ideológico. É o significante-mestre que totaliza os significantes flutuantes, incluindo-

os em uma série de equivalências e decide sobre o sentido de todo e qualquer enunciado, comandando a sua leitura.

A partir da decisão – outra função do significante-mestre –, foi possível comparar esse significante com Moisés (Alemán, 2003; Miller, 2004) e com a figura do Soberano, da teoria decisionista de Carl Schmitt (Miller, 2011a; Teixeira, 2010).

Jorge Alemán, em seu seminário “Genealogía del significante amo” proferido em 2003, rende elogios à genialidade de Freud na sua tese sobre a civilização, pelo fato de ele reconhecer que o limite colocado à satisfação pulsional não foi fruto de um acordo entre os membros da comunidade humana. Como argumenta Alemán (2003), pelo contrário,

as barreiras das quais nós procedemos, o mundo no qual vivemos tem sido sempre uma história violenta, porque há algo performativo na barreira, há algo excepcional. Há alguém que diz: Bom, basta! Há sempre alguém que tem uma ideia, que por uma razão especial a transmite. E isto é o que mostra, de um modo exemplar, pela primeira vez na história, Moisés: o que fazer para transmitir a ideia a todos e para dizer: Acabou essa história de que Deus é isto”. (p. 115 – tradução nossa)¹⁶

A fim de evidenciarmos a relação entre Moisés e o significante-mestre, é preciso lembrar que os significantes, como dissemos, estão, inicialmente, dispersos jogando apenas com a diferença entre eles. Do mesmo modo, pensar o mundo antes do monoteísmo é imaginar uma multiplicidade de deuses que estão em constante relação conosco, interferindo em nosso agir, e sendo a causa maior de toda conquista ou desgraça humana.

Sendo assim, diante de um estado de completa dispersão e desordem, em que não é possível verificar nenhuma norma atuante, ambos, Moisés e o significante-mestre, decidirão sobre essa situação, instaurando uma lei cuja validade não tem outra origem além da sua própria enunciação. Ambos são esse operador que intervém decidindo sobre uma nova realidade, ordenada, oferecendo uma ancoragem, mas cujo ponto de sustentação está no consentimento com essa nova realidade imposta.

2.3 Discurso e Realidade

Se estamos propondo essa relação é porque acreditamos que ela seja o ponto de partida para elaborarmos a solução para uma pergunta que nos guiou até aqui, apesar de não a termos

¹⁶ No original: « las barreras de las que nosotros procedemos, el mundo en el que nosotros hemos advenido ha sido siempre una historia violenta, porque hay algo performativo en la barrera, hay algo excepcional. Hay alguien que disse: “Bueno, basta!”. Hay siempre uno que tiene una idea, que por una razón especial se transmite. Yesto es lo que muestra de un modo ejemplar, por primera vez en la historia, Moisés: como se hace para trasladarla a todos y para decir: “Se acabó el assunto de que Deus es esto. ” »

formulado até o momento. Se pudéssemos resumir em apenas algumas palavras toda a temática de nossa discussão teórica até agora, certamente seria a inadequação existente entre a linguagem e o uso do qual nós, seres humanos, somos obrigados a fazer dela. Pois, como vimos, esse é um uso forçado.

A pergunta, até então não formulada, mas que enunciaremos agora é esta: Qual a condição para usarmos a linguagem para representar, isto é, para a comunicação? Em outras palavras: na conta do quê creditamos o sucesso desse feito humano?

Obviamente, não estamos declarando que a comunicação é completamente efetiva para os seres humanos. Ao contrário, dedicamos boa parte desta dissertação para demonstrarmos que a comunicação não é natural para nós seres falantes, e por esse motivo, estamos o tempo todo sujeitos ao mal-entendido.

Entendemos que essa pergunta visa a uma explicação para aquele recobrimento, que outrora verificamos existir, entre a falha na raiz da linguagem e a falha na relação do sujeito com o Outro. Desse modo, a pergunta pode ser formulada ainda de uma terceira forma: Em que consiste a estabilidade do laço entre os seres falantes?

Tendo em vista o que discutimos até o momento nesse capítulo, podemos afirmar que o discurso é o responsável pelo grampeamento entre o significante e o significado. Como tal, ele faz o papel do referente.

No entanto, consoante verificamos, a garantia do discurso não está para além dele, mas em um elemento dado pelo próprio discurso e que só funciona se não for questionado. Esse elemento, bem o sabemos, é o significante-mestre.

Asseverar que a garantia de um discurso não está para além dele, implica considerá-lo um parâmetro que faz com que “capturado por ele, o sujeito saiba se, sim ou não, isso faz Um ou Dois, Mesmo ou Outro, Algo ou Nada” (Milner, 2006, p. 28). Ele é, portanto, a nossa primeira referência e também a nossa última. Dessa maneira, o discurso tem efeito de realidade, o que significa que a realidade é, em última instância, construída discursivamente.

Não há a mínima realidade pré-discursiva, pela simples razão de que o que faz coletividade, . . . os homens, as mulheres e as crianças, isto não quer dizer nada como realidade pré-discursiva. Os homens, as mulheres e as crianças, não são mais do que significantes. (Lacan, 1972-1973/1985, p. 46)

O ponto a que chegamos exige que retomemos brevemente o percurso que trilhamos, para, só assim, darmos continuidade a ele.

Começamos o capítulo trabalhando o significante pela sua propriedade diacrítica. Vimos que, quando ordenados em uma cadeia significante, ele até pode ter efeito de sentido.

Essa pode ser inclusive parte da definição do que Lacan entende como discurso. Sobre o discurso, constatamos que ele só veicula um sentido, visto que está referido a um significante, eleito arbitrariamente e que, em posição de exceção, permite que os outros significantes signifiquem as coisas. Ou seja, a garantia do discurso e tudo o que a ele se refere está assentada nesse significante.

Por último, definimos a realidade como uma construção simbólica. O que significa que a realidade – alicerce que sustenta os laços por nós estabelecidos, e a base última a partir da qual tomamos nossas decisões e escolhas – também carece de uma garantia. Assim, na conta do quê devemos creditar a estabilidade da realidade, se ela tampouco é um referente estável?

2.3.1 Palavra-mestra e Laço

O conceito de Palavra-mestra desenvolvido por Jean-Claude Milner em *Os nomes indistintos* (2006) é uma ótima referência para avançarmos em nossos argumentos, a fim de alcançarmos o objetivo principal deste capítulo, que é a elaboração de uma hipótese que permita explicar o comportamento de Valéria em relação ao Outro.

A nosso ver a Palavra-mestra é um conceito similar ao do significante-mestre, no sentido de ambos desenvolverem a mesma função. Mas, enquanto o último explica como os significantes se aguentam enlaçados numa cadeia, a Palavra-mestra seria a explicação para o que mantém os sujeitos agrupados.

Uma suposição tão contundente exige que balizemos algumas considerações, como faremos a seguir.

A Palavra-mestra surge como um conceito no momento em que Milner (2006) apresenta a função do Laço, isto é: “véu e costura da dispersão” (p. 54). Ademais, ela surge da necessidade verificada por esse autor de que todo laço, inclusive aquele entre os seres falantes, exige um nome para dar valor à sua função.

Esse nome que reclama que sua significação seja única é a Palavra-mestra, a qual garante que o laço seja sempre possível, que ele sempre se sustente. A Palavra-mestra, a princípio, é só mais um nome dentre os outros, entretanto, uma vez eleita, torna-se o único.

O Ser, o Mundo, o Trabalho são exemplos de Palavras-mestras. Com efeito, ela é sempre variável, mas, já o dissemos, é única para um determinado conjunto de enunciados. “A Palavra-mestra é tanto a Última Palavra quanto a Primeira, aquela que, originando todas as cadeias de enunciados, também marca, assim que é proferida, que é inútil proferir algo mais” (Milner, 2006, p. 55).

“A crença comum é que tudo na Palavra-mestra depende de seu referente. . . . No entanto, as propriedades do referente, desse ser, . . . são apenas, bem consideradas, as propriedades da própria função” (Milner, 2006, p. 55). Desse modo, a força da Palavra-mestra só pode advir da autoridade que ela funda, marca que acaba recaindo sobre aqueles que falam em nome desta Primeira e Última Palavra.

Pela sua autoridade, as Palavras-mestras e os mestres asseguram como convém a manutenção do Laço. Daí resulta que, uma vez ela validada, qualquer outra palavra será insuficiente na sua importância, além de tornarem impotentes aqueles que a reivindicam. Porém, como alerta Milner, é esperado, pelas leis da reciprocidade, que toda Palavra-mestra de um agrupamento seja desprezada em outro.

Portanto, o que determina que ela seja válida para cada agrupamento, já que a autoridade que ela funda, e da qual os mestres se revestem, parece não ser suficiente?

Essas palavras e esses mestres, múltiplos, efêmeros, caprichosos, com certeza asseguram, como convém, que o Laço se mantém, mas esse Laço se reduz à risível solidariedade de uma corja. Eles garantem a representação, mas agora basta representar aos olhos dos camaradas. (Milner, 2006, p. 59)

Nesse sentido, a Palavra-mestra e o Laço só se mantêm pelo assentimento e engajamento dos membros de um grupo. A Palavra-mestra, tal qual um semblante, é uma realidade que depende e reclama, antes de tudo, uma crença.¹⁷ E, só depois, irá advir o engajamento. Vejamos como podemos esclarecer melhor essa afirmação.

2.3.2 A Palavra-mestra na tragédia Atália

Um exemplo de significativo, que pode ser pensado como uma Palavra-mestra, é o *temor a Deus*, tirado da tragédia *Atália* de Jean Racine e analisado por Lacan em *O Seminário, livro 3: as psicoses* (1955-1956). O psicanalista analisa este significativo sob a perspectiva do ponto de basta. O novo viés de análise é, pois, de nossa responsabilidade.

O diálogo que nos interessa está localizado no primeiro dos cinco atos que compõem a tragédia. Ele se dá entre Joad, o sumo sacerdote, e Abner, um dos homens de Atália, a rainha pagã do reino de Judah. Ambos estão no vestíbulo do templo.

Abner traz um aviso a Joad, um aviso de que a rainha trama uma vingança contra ele. Contudo, nas entrelinhas, não passou despercebido a Lacan a existência de ameaças na fala do

¹⁷ Comunicação oral, obtida em sala de aula com o professor Antônio Teixeira, em 2015

Maravilhas sem conta assombrar os humanos
Calou a arca da aliança os oráculos santos. [itálico nosso] (Racine, 1949/2005, p. 164-165)

Abner parece tocado pela coragem de Joad, mas ainda mostra sombras de dúvida.
Joad, por seu turno, sustenta a sua fé implacável:

...
E que outro tempo viu jamais milagres tanto?
Deus quando revelou mais glória e mais poder?
Tem olhos, povo ingrato, e não consegues ver?
Quê? Sempre ao teu ouvido os máximos prodígios
Soarão sem te deixar no coração vestígios?
Devo, Abner, recordar os efeitos profundos
Dos portentos sem-par de nossa época oriundos?
Dos reis maus de Israel as célebres desgraças,
Em tudo se cumprindo as divinas ameaças
...
Vede hoje, um Deus tal qual tem sido eternamente;
Sabe, quando lhe apraz, revelar sua glória;
E vivo sempre tem seu povo na memória, (Racine, 1949/2005, p. 165-166)

Um pouco mais animado, mas ainda descrente, Abner relembra a Joad de que toda a linhagem de Davi foi morta, o que não é um mero detalhe.

Esse rei, de Davi herdeiro, onde o acharemos?
Pode o céu restaurar as ruínas infelizes
Duma árvore secada até suas raízes?
Atália lhe destruiu no berço a flor mais nova
...
Ah! sem seu louco ardor se houvesse ela enganado,
Se do sangue dos reis um átomo escapado. (Racine, 1949/2005, p. 166)

Mas o que Abner não sabe é que o filho adotivo de Joad é Joas, herdeiro de Davi. O sumo sacerdote, então, testa a fé e a coragem de Abner, arguindo-o quanto a sua conduta, caso um descendente dos reis houvesse se salvado da fúria de Atália. Imediatamente o outro replica: “Oh, jubiloso dia!

Com que fervor, então, *meu rei* proclamaria!” [itálicos nossos] (Racine, 1949/2005, p. 166-167).

Percebemos que, ao final do diálogo, as convicções de Abner não são as mesmas de quando ele entrou no templo para ter com o sacerdote. É o que observa Lacan (1955-1956/2008), ao reconhecer no significante *temor a Deus*, o trunfo de Joad.

A mensagem do sacerdote não é outra senão que Abner abdique de outros temores que o paralisam e passe a agir levando em conta um único temor, o temor a Deus.

Esse famoso temor a Deus realiza o lance de prestidigitação de transformar, de um minuto a outro, todos os temores numa perfeita coragem. Todos os temores – *Eu não tenho outro temor* – são trocados contra o que se chama o temor a Deus, que, por mais coercitivo que seja, é o contrário de um temor. (Lacan, 1955-1956/2008, p. 310)

Tal Palavra-mestra proferida, engaja de tal forma o sujeito, que, de repente, ele se vê convocado a arquitetar, juntamente com o sacerdote, um plano para restaurar o reinado divino. Esse significante convoca e restaura a crença de Abner, não restando a ele opção, senão, juntar-se à tropa fiel.

2.3.3 Palavra-mestra e Realidade

Conforme elucidamos, a crença e o assentimento são as bases que sustentam as Palavras-mestras, garantindo a sua legislação. Estas, porém, são sempre restritas a determinados agrupamentos.

Se nós, a qualquer momento, podemos recusar a crença nas Palavras-mestras (Milner, 2006), o que acontece quando isso ocorre? Conforme aponta Milner (2006), “todo enunciado que se profere se autoriza por uma Palavra-mestra e, se toda Palavra-mestra for desvalorizada, nenhum enunciado será válido” (p. 61).

Mas, segundo ele, sempre haverá uma Palavra-mestra que resiste, mesmo quando tudo cedeu. “Esse além dos nomes, definido justamente por ser mais que um nome, deve, no entanto, ser nomeado: trata-se, bem entendido, da Realidade” (Milner, 2006, p. 56). E, exatamente por se tratar de um além do nome, a Realidade acaba reivindicando um estatuto de real, o que acaba por transformá-la na referência.

Todo nome, portanto, vai ser considerado inválido em relação à Realidade, a partir do momento em que ela é entendida como a própria referência. Entretanto, como Palavra-mestra que é, ela também passa a exigir um suplemento, isto é, o assentimento e o engajamento. Logo, a “realidade, que determina o ser, o ali e a decisão é, por si, dominação e demanda de servidão. Ela só emerge, só subsiste na forma daquilo a que é preciso se submeter” (Milner, 2006, p. 17).

É o assentimento, pois, que “encerra a possibilidade, *virtualmente*, aberta para todos, de uma dispersão radical da realidade, no sentido em que ela escapa a todo cálculo subjetivo” [itálico nosso] (Teixeira, 2000, p. 52).

A expressão utilizada por Antônio Teixeira e a qual destacamos não poderia ser mais acertada. A teoria, como observamos, coloca que a perda da realidade está posta para todos.

Basta que o sujeito recuse o seu assentimento, que o significante-mestre ou a Palavra-mestra não mais representarão a coisa, o fato, e, por fim, todo esse conjunto, que é a realidade. Mas, o que a experiência clínica vem atestar é algo diverso disso.

Nas neuroses, a dispersão da realidade é somente possível na teoria. Se, anteriormente, dissemos que a realidade é construída discursivamente, certamente, essa é a realidade neurótica.

Dizer que a realidade é construída discursivamente implica que somos cativos do universo do discurso.¹⁸ E o que faz da realidade neurótica um campo unificado é o fato de esse universo discursivo ser compartilhado. Isso só é possível, porquanto os sujeitos partem de um preconceito, ou ainda, de uma crença de que todas as representações e todas as Palavras-mestras compartilhadas os transformam em um grupo coeso.

Essa crença permite que nos olvidemos que a garantia de todo enunciado está na sua própria enunciação e não mais além. Depositamos essa garantia na Política, na Religião, na Ciência e em outros mais. E quando um deles já não convém, depositamo-la em outro.

Daí concluímos que a crença na Palavra-mestra pode ser recusada, sem maiores prejuízos, posto que uma outra permanecerá sempre intacta. Essa crença é aquela dirigida ao princípio de ordenação do referente pelo significante.

Desse modo, não há dispersão radical da realidade na neurose, dado que o sujeito neurótico não pode conceber ou articular o que está fora do discurso, sem ser por ele. Em outras palavras, não há discurso que não seja do semblante (Lacan, 1971/2009).

Da mesma forma, não se pode pensar a existência do sujeito neurótico sem a condição de que ele aceite as leis do simbólico. Mas isso não se passa da mesma forma na psicose. E é por esse motivo que podemos afirmar que, se a dispersão radical da realidade é virtual para a neurose, ela é real para a psicose.

2.3.4 A perda da realidade na psicose

É chegado o momento de respondermos a pergunta feita por nós no primeiro capítulo e que retomamos no início deste. Por que a forclusão generalizada incide nos sujeitos psicóticos redundando na dissolução da realidade para esses sujeitos? Isto é, por que a forclusão

¹⁸ “Todo discurso evoca, convoca, localiza os objetos. Supondo-se que esses objetos formam um campo e que esse campo é unificado, eis aí o universo do discurso. Cada discurso é relativo ao universo de onde ele capta seus objetos” (Miller, 1974/1996, p. 62).

generalizada toma o molde de uma forclusão restrita quando o sujeito em questão é um psicótico?

Essa pergunta tem pertinência, dado que, como foi possível observar, a forclusão generalizada não deve ser tomada como algo patogênico em si. Isso porque, ela é uma condição imposta para todos aqueles que falam e não há a mínima evidência clínica de que somos todos psicóticos.

A fim de avançarmos no exame dessa questão, vejamos a hipótese freudiana para a perda da realidade na psicose, com todos os seus conflitos e desorganizações implicados.

Segundo Freud (1924/2006) toda espécie de conflito psíquico é decorrente do embate entre a exigência de satisfação ao nível da pulsão e a consideração da realidade pelo sujeito. No caso da psicose, se isso ocorre, haverá o afastamento do fragmento de realidade pelo sujeito, em benefício da pulsão, na tentativa de resolver esse embate.

Porém, o fragmento de realidade rejeitado pelo sujeito retorna constantemente à mente. Por consequência, “há conflito porquanto é exigida do sujeito psicótico uma consideração parcial da realidade que ele recusa” (Teixeira, 2000, p. 51).

De acordo com Teixeira (2000) essa exigência de consideração da realidade parcial recusada é exatamente a imposição, ao psicótico, desse princípio de ordenação discursiva do significante que não se explica.

A forclusão restrita, então, não é, propriamente, a recusa da crença em um significante-mestre ou em uma Palavra-mestra pelo sujeito psicótico, mas a recusa da crença nesse princípio que não dá a conhecer sua causa nem sua origem. Ou seja, o psicótico não se submete à função de comando desse significante, cuja eleição é completamente arbitrária.

Nesse sentido, poderíamos definir ainda melhor o que é compartilhado socialmente pelos sujeitos neuróticos e que dá a eles a impressão de estarem sempre em conexão, portanto, unificados. O que é compartilhado socialmente por esses sujeitos são as regras do discurso.

As leis da linguagem que orientam o discurso, uma vez que são leis simbólicas, não são passíveis de discussão.¹⁹ Aquele, pois, que coloca em questão as normas codificadas, fica impossibilitado de se inserir no discurso. Tal é a hipótese que defenderemos agora para explicar a idiossincrasia de Valéria que temos problematizado desde o primeiro capítulo.

¹⁹ Comunicação oral, obtida em sala de aula com o professor Antônio Teixeira, em 2014

2.4 Uma hipótese para o caso Valéria

A demissão do Outro por Valéria deve ser entendida como uma negação às regras de um discurso. Deve ser entendida também como uma recusa a uma significação imposta por um operador que não se deixa conhecer e que, por isso, só pode ser investido por uma crença. Desse modo, não há qualquer possibilidade de compartilhamento de uma significação para aquele que recusa a sua crença no significante-mestre.

Recusada também a crença em toda e qualquer Palavra-mestra, visto que tudo que se passa com ela se dá do mesmo modo com o significante-mestre, torna-se inviável a inserção do sujeito psicótico em qualquer Laço. Fica mais fácil, agora, entendermos o motivo de Valéria se comportar como o faz, seja diante da psicóloga, seja no trato com o outro, no seu dia a dia.

A psicóloga não é senão a personificação de um discurso. Ela, então, é demitida por Valéria de seu lugar, no exato momento em que a paciente não demandava nada da profissional.

Tudo se passa como se ela dissesse “Nada de imposição de sentido para mim, pois, até você desconhece a garantia do que está enunciando”. Entretanto, o mais interessante, é que ela não o dizia. E ainda assim dava o seu recado. Com a sua presença quase muda, ela denunciava a escroqueria de todo e qualquer laço, ao se recusar responder do lugar do paciente.

Da mesma forma, ela não respondia do lugar que o Outro lhe demandava. Isto é, de um lugar previamente determinado pelas relações codificadas socialmente. Nesse sentido, devemos nos perguntar, por exemplo, o que é esperado de uma mulher quando ela atinge os seus quarenta e poucos anos, – a idade de Valéria.

Espera-se, nessa ocasião, que ela esteja casada e o ideal é que ela seja mãe. Se ela não é casada e não tem filhos, isso estará justificado se ela for uma pessoa muito bem-sucedida na carreira profissional. Esses são os valores sociais a serem compartilhados.

Mas esse não é o caso da paciente em questão. Valéria não tinha um parceiro, não tinha filhos e não trabalhava. Ela sequer desejava participar de reuniões familiares, tais como casamentos e velórios. E, toda vez que lhe era impingido comparecer a esses eventos, semanas antes da data, ela aparecia para a sessão apresentando uma discreta desorganização psíquica.

Podemos pensar que essa obrigação tem a mesma estrutura do retorno do fragmento de realidade rejeitado pelo sujeito, o qual Freud responsabilizou pela perda da realidade na

psicose. E que, como vimos, é semelhante à imposição do princípio de ordenação discursiva do significante.

É muito importante nos atentarmos para tal fato, justamente porque, a relação entre a discreta desorganização psíquica de Valéria e a imposição da ordenação discursiva do significante é um elemento essencial para afirmarmos que, nesse caso, estamos lidando com uma esquizofrenia.

Iniciaremos a partir daqui o próximo capítulo. É imprescindível, no entanto, refazeremos nossa trajetória até o momento.

No primeiro capítulo, dedicamo-nos a apresentar o caso, o qual suscitou a pergunta que culminou na escrita dessa dissertação. A questão a ser respondida é a seguinte: O que causa a retirada da paciente do laço com o Outro, a ponto de isso repercutir na relação com a psicóloga, deixando a paciente, de certa forma, imune ao tratamento psicológico?

Conforme vimos, Valéria apresentava um funcionamento que dificultava o manejo clínico, exatamente pelo fato de ele impedi-la de seguir a regra básica de um tratamento psicológico – aquela que exige que o paciente enderece seus problemas ao profissional. Demos a esse funcionamento o nome de demissão do Outro.

Constatamos que a demissão do Outro pela paciente não estava restrita à sua relação com a psicóloga, e se repetia nas relações domésticas. Isso, contudo, não era sem efeitos. Sem o Outro, Valéria ficava impossibilitada de atribuir sentido aos fatos de seu cotidiano, além de ser acometida por algo que “agitava” o seu corpo, mas que ela não sabia explicar o que era.

Ao nos reportarmos à teoria, verificamos que o laço com o Outro não é algo natural para o ser falante. Há uma falha que separa o sujeito do Outro. Por esse motivo, questionamos o que faz o sujeito enlaçar-se ao Outro, dado que, o que quer que seja, não está operando no caso de nossa paciente.

Assim, essa e outras perguntas nos guiaram em nosso propósito de construirmos uma hipótese que tentasse explicar a demissão do Outro por Valéria. Para tanto, neste segundo capítulo, recolhemos da teoria elementos importantes para nos ajudar nessa tarefa.

Vimos que o significante se define por não significar-se a si mesmo. Dessa maneira, para que ele receba uma significação é sempre necessário um segundo significante ao qual ele se remeta. O segundo significante, por sua vez, requer a existência de um terceiro e assim por diante.

Lacan propôs duas soluções para a estabilização da significação, que é esse deslizar incessante do significado sobre o significante, que foram desenvolvidas em momentos distintos do ensino lacaniano. A primeira solução apresentada por Lacan foi o ponto de basta.

Entretanto, constatamos que ele é uma ilusão, posto que “não há significação que não esteja sempre a ponto de deslizar fora de seu sentido pretensamente próprio” (Nancy & Lacoue-Labarthe, 1973/1991, p. 63).

Sendo assim, aproximadamente quinze anos depois, Lacan propôs que para sabermos a que um significante se refere, devemos conhecer o discurso a que esse significante está referido. Desse modo, um significante pode receber o significado “x” ou “y” dependendo do discurso ao qual faz parte.

A partir disso, levantamos um questionamento com o objetivo de definir quem é que decide sobre o significado. Constatamos que esta é a função do significante-mestre; um significante dado pelo próprio discurso, que ao ser eleito arbitrariamente, permite a legibilidade dos outros significantes da cadeia, quando colocado em posição de exceção.

Dessa forma, vimos que, por estar assentado sobre o significante-mestre, o laço discursivo entre os seres falantes só se sustenta porque não se discute. Isto é, ele deve ser alvo de um assentimento.

Essa ideia ficou mais clara quando trouxemos a noção de Palavra-mestra desenvolvida por Jean-Claude Milner. É sabido que Milner conhece a fundo a teoria lacaniana, por esse motivo, não vimos outra razão para ele propor um conceito tão semelhante ao de significante-mestre senão para trazer algo complementar ao conceito lacaniano.

Nesse sentido, lançamos uma hipótese de que o significante-mestre garantiria a estabilidade do laço entre os significantes numa cadeia, ao passo que a Palavra-mestra seria o elemento responsável pela ligação entre aqueles que falam. Ambos exigindo o assentimento do sujeito para operarem.

A partir desse raciocínio decorre que não há Palavra-mestra que se superponha à Realidade, haja vista que qualquer Palavra-mestra pode ser descreditada à exceção da Realidade. Ela é a garantia última que nos mantém agrupados. Entretanto, há um paradoxo existente ao se propor a realidade como Palavra-mestra, posto que é virtualmente possível que todo e qualquer sujeito se recuse a dar-lhe crédito.

O paradoxo se desfez quando observamos que existem o modo neurótico de lidar com a realidade e o modo psicótico. Elucidamos que, na neurose a perda da realidade é apenas virtual, pois a realidade é construída discursivamente para esses sujeitos. Isso implica que não é possível considerar nada além da realidade que não seja por meio do discurso; o que significa que há uma crença que ainda permanece: aquela dirigida ao princípio de ordenação do referente pelo significante.

Por outro lado, o mesmo não ocorre na psicose. O sujeito psicótico, por ser o único capaz de operar sem o auxílio do semblante, define-se por ser aquele que recusa a crença nesse princípio.

Assim, não há a menor possibilidade desse sujeito compartilhar uma significação ou inserir-se em qualquer Laço. Isso porque, para os dois, é exigido do sujeito o assentimento às regras – e, uma vez que são regras simbólicas, não podem ser submetidas a um questionamento.

Depois de todo esse percurso foi possível enunciar a hipótese que tenta explicar o funcionamento da paciente: Valéria se posiciona fora do laço com o Outro, porque demitindo-o, ela atesta sua recusa às regras impostas pelo discurso. E, recusando-as, a paciente se vê impossibilitada de compartilhar significações e fica impedida de entrar em qualquer laço. Inclusive aquele entre paciente e profissional.

No próximo e último capítulo tentaremos determinar o estatuto da demissão do Outro, de maneira a problematizar o que mantém esse funcionamento da paciente, o que faz os sintomas decorrentes dele – abulia, anedonia, apatia, entre outros – serem tão resistentes ao tratamento. Além disso, apresentaremos argumentos teóricos para embasar nossa hipótese diagnóstica, bem como lançaremos questões sobre o tratamento possível do caso Valéria.

3 A FALÊNCIA DA PROMESSA NA ESQUIZOFRENIA

No capítulo anterior, antes de fazermos o retrospecto de nosso percurso até aquele momento, sustentamos que havíamos chegado a um ponto decisivo para definirmos um diagnóstico para Valéria. Esse ponto foi a constatação de que haveria uma relação entre a discreta desorganização psíquica da paciente e a imposição da ordenação discursiva do significante. Asseveramos ainda, que essa relação é essencial para afirmarmos que Valéria é uma paciente esquizofrênica.

É preciso, então, que esclareçamos em que medida a questão de Valéria é uma questão esquizofrênica e não uma questão paranoica. Para isso devemos diferenciar as duas entidades clínicas.

Os parâmetros para diferenciarmos a esquizofrenia da paranoia são diversos. Poderíamos, por exemplo, diferenciá-las como fez Freud, utilizando os pontos de fixação da libido, ou ainda conforme a psiquiatria clássica, a partir da presença ou não de um comprometimento cognitivo. Todavia, apesar de serem bons padrões diferenciais, eles não cumpririam o papel fundamental que buscamos nessa dissertação que é a elucidação do caso.

Por esse motivo, retornaremos ao caso e nele buscaremos a baliza necessária para diferenciarmos a esquizofrenia da paranoia para, por fim, definirmos o diagnóstico de Valéria. Onde mais encontrar esse parâmetro senão nos episódios de desencadeamento e de microdesencadeamentos, se é que podemos nomeá-los assim?

3.1 Valéria e o Outro: uma questão diagnóstica

Sobre o desencadeamento da psicose de Valéria, tudo o que sabemos sobre o ocorrido é que ela foi acusada de furto pelo chefe da loja em que trabalhava como operadora de caixa. E que, após esse episódio, ela foi acometida por ideias delirantes de cunho persecutório e, também, por alucinações. Logo, devemos procurar o motivo do desencadeamento.

Se o caso for uma paranoia, o desencadeamento estará justificado pelo fato de ter sido imputado à Valéria um gozo sobre o qual ela não se responsabiliza, por não reconhecê-lo como seu. Tal é o fundamento da inocência paranoica.²⁰

²⁰ Soler, C. (2007). Inocência paranóica e indignidade melancólica. In *O inconsciente a céu aberto da psicose*. (V. Ribeiro, Trad., pp. 52-62). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Se assim for, a estrutura do desencadeamento de Valéria deve se assemelhar ao que poderíamos chamar de um desencadeamento da psicose de Jean-Jacques Rousseau, conforme relata Colette Soler em “O inconsciente a céu aberto da psicose” (2007).

Conta essa autora que o primeiro episódio em que Rousseau pensou confrontar-se com uma acusação injusta se deu quando ele tinha uns dez ou onze anos. Todo o episódio ocorreu na casa do pastor Lambercier, mais precisamente no quarto em que a srta. Lambercier havia guardado seus pentes, um dos quais foi encontrado quebrado.

É sabido que a criança havia sido deixada sozinha naquele ambiente e por esse motivo Rousseau foi pressionado a confessar que havia mexido no pente. No entanto, ele negou o fato veementemente e manteve uma postura de infalibilidade absoluta, pois sua certeza foi completa: não fora ele.

Rousseau fez desse episódio um momento crucial, o instante de uma descontinuidade absoluta. A partir desse dia, disse, a própria natureza perdeu suas cores risonhas, e os adultos perderam o respeito e o amor que ele lhes dedicava etc. (Soler, 2007, p. 57)

A partir desse acontecimento, “o inocente perseguido” (Soler, 2007, p. 57), nunca perdeu uma oportunidade, como sujeito habitado pela convicção de sua bondade que era, “de afirmar, como um estribilho, sua ‘índole natural amorosa e terna’ e de se colocar como ‘o melhor dos homens’” (Soler, 2007, p. 57).

Se voltarmos ao evento que culmina no desencadeamento de Valéria, veremos que apesar de haver uma acusação em jogo, isso não parece ser o fator catalizador para a irrupção da psicose, como o foi para Rousseau. O desencadeamento da paciente parece ter como causa o encontro de Valéria com a falta que constitui o Outro. Isso porque, ao se ver convocada a tomar a palavra e atestar a sua inocência, a paciente se depara com a insuficiência do Outro como garantia da verdade e se vê sem recursos para se defender desse vazio gerador de angústia.

Com efeito, a estrutura de Valéria não é neurótica. Pois, um neurótico, na posição da paciente, poderia justificar-se pela via ideológica e argumentar que, – independente se tivesse furtado ou não a loja, – seu ato não seria menos criminoso do que a apetência das empresas pelo lucro, que acaba furtando, entre outras coisas, a dignidade de seus empregados ao submetê-los a condições de trabalho sub-humanas e salários medíocres.

Dando continuidade ao desenvolvimento da questão diagnóstica, ainda não resolvemos nosso impasse. Devemos, pois, apostar na análise dos episódios posteriores ao

desencadeamento, os quais denominamos de microdesencadeamentos, a fim de verificarmos qual estrutura se repete nos dois momentos.

Conforme sustentamos anteriormente, todas as vezes em que Valéria era constrangida pelos familiares a participar de reuniões e festas de família, semanas antes desses eventos, ela comparecia ao atendimento apresentando uma leve desorganização psíquica.

Novamente, devemos focar nossa análise no encontro de Valéria com o Outro. Se os microdesencadeamentos forem decorrentes de um encontro da paciente com um Outro gozador – outra faceta da inocência paranoica – o diagnóstico de Valéria seria uma paranoia. Todavia, se a sua desorganização for o resultado de um encontro com a insuficiência do Outro, estaríamos diante de uma esquizofrenia.

Em outras palavras, se a causa da perturbação da paciente for o constrangimento, isto é, uma vontade de gozo sem limite do Outro, estaríamos diante de uma paranoia. Mas tudo indica que não é isso que se passa nessa situação. O problema de Valéria não é com o gozo do Outro.

Basta imaginarmos a seguinte situação: a paciente sendo constrangida pelos pais a permanecer no quarto, sem poder sair de casa. Haveria uma imposição da mesma forma, mas ela não veria problema em permanecer reclusa, como foi possível observar anteriormente. Logo, a sua questão não é com o gozo do Outro, mas com a insuficiência do Outro.

Onde localizar a insuficiência do Outro nos episódios de microdesencadeamentos? Ao que tudo indica, Valéria constata que há um descompasso entre regras sociais e a realidade. Tudo se passa como se Valéria interrogasse o fundamento dessas regras e se deparasse com o fato de que ser obrigada a demonstrar sentimentos dos quais ela não compartilha não possui lógica alguma.

Desse modo, ao compreender que nas relações sociais nada é o que parece, ou, de um outro modo, tudo pode parecer sem necessariamente ser, o Outro se apresenta insuficiente para Valéria. Ele não é garantia da verdade.

3.1.1 A ironia infernal de Valéria

Valéria não acredita no Outro, porque sabe que ele não existe. Assim, essa dimensão do engano, a dimensão mentirosa da verdade e a qualidade de ficção que estrutura essa verdade (Alomo, 2013) não fazem parte da realidade da paciente.

Essa descrença radical no Outro, característica de Valéria, fundamenta a proposta milleriana de aproximar o esquizofrênico do maior dos irônicos. É preciso, então, reconhecermos a ironia de Valéria.

Não devemos procurá-la nos procedimentos característicos do que se entende de maneira geral por ironia. Decerto, não vemos no caso dessa paciente perguntas que fingem ignorância, ou palavras expressando contrariamente um pensamento.

Isso porque o esquizofrênico não é nenhum ironista, de sorte que não devemos atribuir a ele uma prática consciente da ironia (Alomo, 2013). Com efeito, o que vemos no caso de Valéria é muito mais um efeito irônico – logo, não intencional – gerado pelo seu posicionamento em relação ao laço social.

A ironia do esquizofrênico e também a de Valéria é, então, aquela da qual o sujeito esquizofrênico faz arma e que incide na raiz de toda relação social. O que ela diz? Diz que o “laço social no fundo é uma escroqueria, que não há discurso que não seja do semblante” (Miller, 1988/1996, p. 191).

Nesse sentido, são dois os momentos em que a ironia de Valéria se faz mais evidente: na relação com a psicóloga e quando ela recusa os convites para os eventos familiares.

Como afirmamos anteriormente, não é difícil observar a ironia por detrás da posição de Valéria em relação à psicóloga. Ainda que, à primeira vista, ela parecia dar credibilidade ao tratamento – comparecendo pontualmente a todos os atendimentos agendados – surpreendentemente ela recusava o saber da profissional ao não lhe endereçar nenhum questionamento sobre si e afastando-a com o “Nada” como resposta às investidas da psicóloga.

Percebemos que, em ato, Valéria aponta o aspecto contingencial de um tratamento psicológico. Nesses tipos de tratamento, a competência do profissional conta muito pouco, se o paciente não autoriza o profissional a “curá-lo” – isto é, se ele não deposita no psicólogo e em todo o processo de tratamento uma crença.

A ironia está no fato de que o saber do qual a profissional se reveste não vale nada se ele não puder ser aplicado. Sem a crença que o sustenta, ele não passa de um engodo. Por esse saber, Valéria não se interessa.

Ela também não se interessava em participar das festas de família, de casamentos ou de velórios. Por que celebrar a união entre os membros de sua família que mal se encontravam durante todos os outros dias do ano? Por que demonstrar consternação pela perda de alguém com quem ela pouco se relacionava?

Mais uma vez, Valéria aponta em ato o engodo que sustenta o laço social. É como se ela dissesse: “Se eles estão felizes (ou tristes), que seja. Isto diz respeito a eles e não a mim, prefiro ficar em casa. Prefiro não fazer nada”.

Voltamos a salientar que o interessante no caso de Valéria é ela agir como se dissesse, mas sem dizer. Esta é, com efeito, mais uma característica da ironia do esquizofrênico: o ato irônico do esquizofrênico substitui a retórica do ironista.

É por se dar em ato que a ironia de Valéria é tão contundente. Ao realizá-la, a paciente rejeita de antemão qualquer possibilidade de lhe ser atribuído o desejo de apresentar novos modelos estáveis para as relações sociais.

Para que isso se torne inteligível, basta lembrarmos que é isso que está em questão quando Miller (1996) afirma que é a partir da posição subjetiva do esquizofrênico que o simbólico não passa de semblante. É por não operar por meio do semblante, e sim em ato, que Valéria consegue interrogar a verdade do laço social, sem se ver constrangida a propor outros modelos de relações sociais.

Nesse sentido, sua ironia “apenas leva a sério o ponto irremediável da suspensão do sentido, fazendo valer a antiga acepção do termo *eironeia*, que significa interrogação” (Rubião, 2014, p. 205).

Logo, a ironia de Valéria não é aquela que faz laço social, ao contrário, ela arrasta o sujeito para o pior, pois de tanto interrogar a verdade de toda articulação discursiva, a paciente termina por se ver privada de todo recurso significativo.

Esta, como vimos, é uma questão central no caso de Valéria. A ausência de sentido que marca a vida da paciente decorre da sua incapacidade de atribuir significação aos pequenos fatos e comportamentos que fazem parte de sua rotina. Desse modo, Valéria não consegue mais se defender do real pelo simbólico.

Além disso, ao suspender indefinidamente o sentido, a ironia dessa paciente estampa o furo no Outro, deixando-a entrever “que o campo do Outro, onde os efeitos de significação se organizam, não tem nenhuma existência fora da crença que o sustenta” (Teixeira, 2010, p. 14-15). Como observamos, isso é o que faz Valéria agir como se dissesse: “Bom, disso eu não participo!”

Essas são as duas consequências da ironia do sujeito esquizofrênico: deixá-lo sem defesas contra o real e impedi-lo de entrar no laço social. Veremos a seguir como elas se intercambiam.

Antes, porém, vale ressaltar que já possuímos elementos suficientes para determinarmos o estatuto da demissão do Outro. A nosso ver, a demissão do Outro é uma resposta à inconsistência do Outro.

Da mesma forma, a ironia de que lança mão o sujeito esquizofrênico é muito mais um instrumento de que se serve esse sujeito para demitir o Outro do que uma espécie de defesa contra esse Outro. Esta última prerrogativa encontra seus representantes no meio analítico.

Pensar a ironia não como defesa, mas como instrumento para a demissão do Outro é muito mais interessante, uma vez que permite desenvolver as relações entre a psicanálise e o contexto em que ela se insere. Veremos isso a seguir.

3.2 A deslocalização do gozo na esquizofrenia

No item 1.3.1 desta dissertação vislumbramos um aspecto do caso que discorreremos novamente. Valéria dizia que frequentemente era acometida por uma agitação, a qual não podia explicar, porque ela mesma não compreendia o que se passava consigo. Observamos que essa agitação dizia respeito a algo que mobilizava o corpo da paciente, sem exigir nenhuma espécie de canalização – o que dificultava a sua assimilação e impedia Valéria de dar um tratamento a isso pela via do significante.

Objetivando a elucidação teórica desse aspecto do caso, vimos com Miller (2008), que Lacan eleva a satisfação sustentada pelo significante ao estatuto de gozo quando formula que o corpo do ser falante está marcado de maneira inexorável pelo significante. Por esse motivo, não existe homeostase possível para o ser humano, já que o gozo é vivenciado, desde a entrada do sujeito na linguagem, como excesso.

O gozo do corpo advém da ação de um significante, porém um significante fora do sentido. Isso, por sua vez, faz com que o próprio corpo do ser falante seja experimentado com certa estranheza e se apresente para o sujeito como alteridade.

Desse modo, é exigido do sujeito que encontre uma forma de “normalizar” esse gozo, de maneira a permitir que o sujeito se aproprie do próprio corpo. Naquele momento, constatamos que a deslocalização do gozo encontra a sua normalização pelo discurso. Vejamos como isso é possível.

3.2.1 A deslocalização do gozo, o falo e o discurso

É sabido que só nos certificamos da função de um operador quando ele, por um motivo qualquer, deixa de exercê-la. O operador sobre o qual nos deteremos agora é o falo.

A função do falo na neurose só pôde ser bem compreendida pelos psicanalistas após Lacan estudar exaustivamente as situações em que ele não operava, isto é, nas psicoses. A carência do semblante fálico na psicose deixa o sujeito psicótico desprovido desse princípio ordenador que possibilita aparelhar gozo e significante.

Nesse sentido, o falo permite, entre outros, que o gozo seja submetido a uma lei, a saber, a lei da linguagem. Igualmente, por meio do semblante fálico é imposto ao gozo um limite. Este é o limite fálico.

Dessa maneira, a emergência fálica na metáfora paterna (Miller, 1982) é um dispositivo que permite a normalização do gozo assexuado por sua coordenação com o semblante fálico. Coordenado pelo semblante fálico, o gozo autoerótico passa a ser o gozo de *a*, isto é, o gozo do objeto. Assim, no instante em que o simbólico recorta o corpo, o gozo se separa dele.

Vale, aqui, retomarmos a noção de metonímia do gozo proposta por Miller (2011, 18 de julho). Essa ideia retrata exatamente o momento em que aquele significante fora do sentido que afeta o corpo passa a ser incluído em uma cadeia significante, permitindo a uma significação que afeta um certo número de objetos, conforme explicita Miller. É isso o que promove o deslocamento metonímico do gozo do corpo para esses objetos.

O falo é, pois, esse operador que limita o gozo, de maneira a regulá-lo, fazendo com que o sujeito neurótico consiga, em certa medida, obter prazer, com porções fracionadas de gozo localizadas fora dos limites do corpo.

Além disso, por causa do falo, o significante deixa de ser, para o sujeito neurótico, todo gozo e passa a ser também um pouco de sentido. Essa negatização do gozo é, então, equivalente à sua transposição para o simbólico, na dimensão do Outro (Zenoni, 2007).

Tem-se, assim, que a psicose se especifica como a falha da metáfora paterna. Quando a metáfora paterna falha, o gozo não passa a ser coordenado pelo semblante fálico, não havendo, assim, a metonímia do gozo. Isso significa que o significante não é capturado pela cadeia significante, permanecendo como gozo e afetando de forma contundente o corpo do sujeito.

Assim, diferentemente do neurótico que conta com o falo para normalizar o gozo, o sujeito psicótico é aquele que experimenta um gozo louco, fora dos limites do simbólico – e,

por isso, enigmático – que transforma seu corpo em um terreno de diversos fenômenos penosos e angustiantes.

Percebemos que o conceito de falo consegue explicar as vicissitudes do gozo quando comparamos neurose e psicose, todavia, mostra-se insuficiente para explicar as vicissitudes do gozo quando comparamos esquizofrenia e paranoia. Isso porque, Lacan (1966/2003) define o paranoico como aquele que identifica o gozo no lugar do Outro.

Assim, ao que tudo indica, há um mecanismo próprio da paranoia – a passagem desse gozo desregulado do corpo para o Outro – que a teoria do falo não consegue apreender. Devemos buscar, então, um conceito que, somado à teoria do falo, permita delimitar melhor o diagnóstico diferencial entre paranoia e esquizofrenia.

Este conceito é o discurso. Pois, como vimos, o esquizofrênico é o único que não utiliza o discurso como defesa contra o real. Além disso, o esquizofrênico é aquele cuja posição subjetiva se define por estar fora do discurso (Miller, 2011b).

Considerar o discurso como defesa contra o real é uma consequência da definição lacaniana de discurso que, como vimos, o circunscreve como um modo de funcionamento, uma utilização da linguagem como liame entre aqueles que falam. Podemos dizer que essa é a definição simbólica do discurso.

Todavia, ela pouco tem a ver com a afirmação de Miller de que o esquizofrênico é aquele que está fora do discurso. Nesse sentido, há uma segunda conceituação lacaniana de discurso. Para Lacan (1972-1973/1985) esta noção de discurso “deve ser tomada como liame social, fundado sobre a linguagem” (p.28).

Com efeito, o discurso pode ser definido de duas maneiras diferentes, conforme se adote um ou outro ponto de sua operabilidade. Isso porque, há uma diferença entre considerarmos o discurso como um modo de utilização da linguagem como liame entre aqueles que falam e considerarmos o próprio discurso como um liame entre os seres falantes.

O cerne dessa diferença está no fato de que na primeira situação o sujeito deve decidir se ele consente ou não em fazer da linguagem um laço entre si e o Outro, na segunda situação a decisão consiste em consentir ou não em participar de um laço com o Outro.

O que estamos propondo é que existe uma complementariedade entre as duas conceituações lacanianas de discurso. Para esclarecermos nosso ponto de vista, desenvolveremos com mais detalhes a relação do sujeito esquizofrênico com o discurso, levando em conta os aspectos em questão nas duas conceituações.

3.2.2 O discurso como defesa contra o gozo do Outro

No segundo capítulo, vimos que o discurso é uma armação significante mínima que, quando compartilhada, permite àqueles que dele se servem saberem exatamente o valor das palavras, o seu sentido. Essa armação significante vem recobrir a falha existente na raiz da linguagem, fazendo o grampeamento entre significante e significado.

Dessa maneira, o discurso funciona como uma defesa contra aquilo que ele rejeita, ou seja, o gozo (Miller, 1987/2010), esse sem sentido que pode, a qualquer momento, retornar de fora do simbólico – do real.

Podemos considerar, então, que o paranoico encontra uma vantagem significativa em relação ao esquizofrênico, dado que a construção de um delírio sistematizado na paranoia permite uma significação, ainda que não compartilhada. Assim, a sua função de defesa é a mesma da dos discursos estabelecidos.²¹

Miller em seu texto “A salvação pelos dejetos” (2011b) deixa entrever que o que engendra essa defesa por meio do delírio é a suposição, pelo paranoico, de uma vontade de gozo localizada no Outro e cujo alvo dessa vontade é o sujeito.

Na perspectiva de Miller não só o delírio advém da presença da vontade de gozo do Outro, como toda defesa contra o real. Nesse sentido, esse autor atesta que é impossível ser alguém sem o apoio de uma paranoia, haja vista que o Outro social é sempre um Outro mal, que quer gozar do sujeito e lhe fazer servir a seu uso e fins.

Ele nos esclarece que, nesse caso, não está se referindo à paranoia – a entidade clínica –, mas àquela que uma vez Lacan afirmou ser a base para a estruturação da personalidade. Miller nomeia essa paranoia de “paranoia moderada”.

O autor acrescenta que a “paranoia moderada” é consubstancial ao laço social, e ainda, que essa suposição no Outro de uma vontade de gozo socializa o sujeito. Essa socialização, já podemos imaginar, se dá por meio do discurso.

3.2.3 O discurso como laço social

As dimensões social, cultural, política, profissional, artística, entre outras são, conforme explicita Zenoni (2007), as diversas modalidades que Lacan chama de discursos.

²¹ Afirmar que o delírio, assim como os discursos, funciona como defesa, não deve levar à suposição de que delírio e discurso tenham a mesma estrutura. Isso porque, o que caracteriza o delírio, é exatamente o fato de ele ser uma elaboração particular do sujeito. Falta ao delírio o caráter compartilhado, tão caro ao discurso.

Em suma, eles compõem “as múltiplas rotinas das quais é feita a organização social e que tem por propriedade estabilizar a relação do significante e do significado, a relação do sujeito com as grandes significações humanas” (Miller, 2011b, p. 232).

Sendo assim, um discurso funciona para o sujeito como uma lente, a partir da qual o sujeito vai enxergar o mundo – no sentido de estruturá-lo – e vai se relacionar com ele. Um exemplo muito representativo para se compreender isso ocorreu em um museu na Itália, conforme noticiou-se aqui no Brasil.²²

Uma faxineira confundiu uma instalação de arte com o que ela imaginou se tratar de resquícios de uma festa que ela imaginou ter acontecido no dia anterior. O trabalho chamado “Onde vamos dançar esta noite?”, exibido no Museu de Arte Contemporânea de Bolzano, era composto por bitucas de cigarro, garrafas vazias e confetes. A faxineira confundiu com lixo o que os idealizadores da obra definiram como a representação do hedonismo e a corrupção política vividos na década de 1980.

Na mesma notícia publicada pelo site da BBC do Brasil, foi relatado um engano parecido que também ocorreu na Itália. Uma faxineira jogou fora trabalhos que faziam parte de uma instalação da galeria Sala Murat. Ao ter confundido as peças, feitas de jornais e cartões, com lixo, ela se justificou dizendo que estava "apenas fazendo seu trabalho".

O discurso funciona, dessa forma, como uma órtese por meio da qual o sujeito se estrutura e estrutura a realidade à sua volta, à medida que vai se engajando com os elementos que constituem a sua rotina. Apenas o contexto do museu não é suficiente para que o olhar da faxineira se torne o olhar do artista.

Esse exemplo nos ensina que um mesmo objeto engaja o artista e a faxineira de formas diferentes, pois os discursos dos quais cada um deles “participa” são diferentes. Encontramos aqui o ponto de conexão entre as duas definições de discurso que Lacan desenvolve.

Afirmamos que existem duas definições lacanianas de discurso, uma que o circunscreve como um modo de funcionamento, uma utilização da linguagem como liame entre aqueles que falam e outra que determina o discurso como liame social.

Uma vez que a faxineira e o artista estruturam o modo de ver a realidade por discursos diferentes, eles não compartilham uma mesmo código. A prova disso é o sentido que cada um emprega para um mesmo objeto.

A partir desse exemplo, conseguimos esclarecer, ainda, uma outra formulação apresentada nessa dissertação, mas que naquele momento não tínhamos elementos para

²² A notícia pode ser lida na íntegra no seguinte endereço eletrônico: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151028_museu_faxineira_ab

elucidá-la. Essa formulação diz respeito à uma vertente pulsional – se podemos dizer assim – do sentido.

Ela apareceu no primeiro capítulo, quando afirmamos que o problema de Valéria com o sentido não era uma questão semântica. Justificamos que não estávamos falando de uma inabilidade da paciente no tocante ao uso formal da língua.

Naquele momento apresentamos uma outra possibilidade de se pensar o sentido: como algo que afeta os nossos corpos e nos engaja em nossos afazeres.

Assim, o discurso não só organiza os processos de comunicação – ao permitir o compartilhamento de um sentido – como, é também a partir da estruturação da realidade pelo discurso, que é possível acessar algo a respeito da satisfação do sujeito.

Desse modo, ao dizer que sua vida estava carente de sentido, Valéria estava dizendo que nada na realidade a convoca, capta-a pela via pulsional. Os discursos disponíveis, os objetos da realidade, tudo o que faz parte do campo do Outro, nada disso consegue fazer o papel de semblante, promovendo o engajamento de seu desejo.

Entendemos que é a partir de casos como o de Valéria que, uma das poucas menções que Lacan faz à esquizofrenia, isto é, a célebre frase lacaniana “o dito esquizofrênico . . . sem a ajuda de nenhum discurso estabelecido” (Lacan, 1973/2003, p. 475) encontra o seu correlato na clínica. É importante tentarmos entender por que isso se verifica com tanta frequência nos casos de esquizofrenia.

3.3 Esquizofrenia: a falência da promessa

Como nos informa Miller (2011b), há os paranoicos, há os que são estruturados por uma paranoia moderada, que são os neuróticos, e há, ainda, os esquizofrênicos. Os últimos são aqueles que, por não serem, em nenhuma medida, um pouco paranoicos, posicionam-se subjetivamente fora do discurso.

Se tentarmos examinar toda essa questão do discurso adotando como parâmetro o posicionamento do esquizofrênico, veremos que tudo o que concerne ao discurso como defesa contra o gozo do Outro é um contrassenso.

Observemos, por exemplo, a pragmática da desinserção, a qual Miller (2011b) propõe para se tratar um esquizofrênico. De acordo com esse autor, a única forma de fazer com que esses sujeitos participem do laço é produzir nesses sujeitos uma paranoia. Mas “paranoizar um sujeito não se trata somente de obter uma identificação significativa do sujeito, sua

inscrição sob um significante mestre. Trata-se de uma identificação de gozo no lugar do Outro . . .” (Miller, 2011b, p. 232).

O contrassenso está no fato de que o sujeito deve consentir em ceder parte do seu gozo, para que, posteriormente, ele tenha que se defender desse gozo. Nesse sentido, entrar no discurso é, de certa maneira, ceder ao Outro parte de um gozo para depois utilizar-se do discurso como tentativa de colocar limites a esse apetite de gozo do Outro.

O interessante de se tentar pensar essa questão pelo viés do esquizofrênico é que podemos vislumbrar uma explicação para todos aqueles que não são esquizofrênicos agirem da forma como agem, isto é, entrando no discurso.

O que estamos querendo dizer é que a única forma de isso deixar de ser um contrassenso, é supor que o Outro ofereça ao sujeito uma proposta irrecusável. Ou seja, um sujeito só aceitaria ceder parte do seu gozo se, em contrapartida, o Outro oferecer, nos termos de uma promessa, a possibilidade de reparação desse gozo perdido.

Essa questão de perda e reparação de gozo nos remete imediatamente à noção de castração para a psicanálise. E é sobre isso que nos deteremos a seguir.

3.3.1 A subtração do gozo

Aproveitando a linha argumentativa traçada desde o início do capítulo, convém iniciar o assunto, a que agora nos propomos discutir, pela noção de culpa. Como vimos, o paranoico inocente é aquele que se recusa a responder por um gozo e, por não se sentir responsável pelo gozo, dificulta a realização de um processo de retificação subjetiva no tocante ao seu ato. Ele, então, é aquele que não sente culpa.

O neurótico, por outro lado, é aquele que age como se estivesse constantemente tomado por um sentimento de culpa exatamente por tomar para si a falha. Ele não é o inocente, mas o culpado (Soler, 2007). Colette Soler pondera que, no tocante à neurose, a culpa propriamente dita “é menos um sentimento que uma postura do sujeito que aceita responsabilizar-se pelo que lhe acontece” (Soler, 2007, p. 55).

A seu ver existe essa culpa, que, como ela argumenta, é a própria condição da psicanálise – mola mestra da retificação subjetiva –, mas existe uma outra culpa que não é sentida nem enunciada. Segundo ela, essa outra culpa parece logicamente necessária para explicar o que acontece ao sujeito.

Soler propõe que, para se chegar a essa outra culpa, devemos nos questionar de que somos culpados. Conforme ela aponta,

disponemos de dois mitos que nos falam do mal que gerou a infelicidade: o da maçã maldita do saber tentador, saber que era a única coisa que faltava no paraíso terrestre, onde, afora isso, tudo era apenas gozo; e o de Édipo — menos emburrecedor, no dizer de Lacan —, que liga a culpa ao parricídio. Ambos ligam a culpa à transgressão de um limite do gozo. (Soler, 2007, p. 55)

Que os neuróticos são marcados por uma falta de gozo, isso já está em Freud. Conforme sustenta Soler, a experiência primária de satisfação, depois da qual todo gozo encontrado só consegue despertar a saudade, é uma primeira constatação dessa falta de gozo. Mas, de onde vem esse limite de gozo?

Já desenvolvemos, outrora, que o único gozo do qual o sujeito falante tem acesso é aquele produzido pela incidência do significante no corpo do sujeito. A existência de qualquer outra satisfação que não for advinda dessa incidência do significante, só pode ser suposta, ou seja, fruto de uma elucubração, de uma inferência.

Esse gozo, muitas vezes chamado présimbólico, mas ao qual preferimos nos referir como présignificante, é um gozo impossível de ser alcançado por todo aquele que fala. Esse é o gozo que falta. No entanto, como nos esclarece Soler (2007)

a falta do gozo é também sua impropriedade. O gozo que não falta, aquele que se encontra apesar de tudo, é impróprio à relação sexual. Nesse sentido, ele é faltoso, não consegue estabelecer uma relação, é aquele “que não convém”, no dizer de Lacan. (p. 55)

É em relação a esse gozo que não convém, que é criada toda sorte de história para dar conta da origem desse menos de gozo que marca a vida do sujeito: seja um sacrifício, seja uma proibição. Com efeito, na clínica, todas elas contam com uma figura, um agente que demanda do sujeito a castração do gozo.

Se, como afirma Lacan (1972-1973/1985), “o gozo é aquilo que não serve para nada” (p. 11) vemos que esse menos de gozo é uma condição do ser falante e trata-se muito mais de uma inutilidade, uma depreciação do gozo do que propriamente uma proibição imposta pelo Outro. Contudo, quando esse menos de gozo é colocado nos termos de uma proibição e não como uma impossibilidade, oferece-se ao sujeito um campo de possibilidades (Fabian, Novembro, 2015).

Essa é a função do complexo de Édipo (Fabian, Novembro, 2015). Isto é, não necessariamente oferecer um acesso ao gozo faltoso, mas localizar no horizonte a possibilidade de o sujeito acessar a formas de reparação dessa falta.

3.3.2 A promessa no complexo de Édipo lacaniano

Nesse sentido, Miller consegue cernir muito bem a função do pai lacaniano, que é aquele que diz “sim”. Segundo esse autor, uma das virtudes de *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente* é mostrar que, para Lacan, o pai diz “sim”, o que é muito mais importante e mais promissor que seu “não” (Miller, 1999b).

Para Lacan, são três os tempos do complexo de Édipo. O primeiro tempo resume-se em ser aquele no qual a criança se identifica ao falo imaginário, em suma, aquilo que pode satisfazer o desejo da mãe.

No segundo tempo, “o estádio nodal e negativo” (Lacan, 1957-1958/1999, p.199), a criança tem contato com a lei do pai, que imaginariamente vai ser entendida pelo sujeito como uma lei privadora da mãe. É um estádio nodal, visto que a privação que se apoia na lei paterna funda o gozo como proibido (Lacan & la École Freudienne, 1982, p. 117, como citado em Stravakakis, 2007).

Ao deparar-se com uma lei do pai, a criança capta a existência de algo que a ultrapassa e da qual a mãe é dependente. A importância desse tempo está no fato de que o sujeito se desvinculará de sua identificação ao falo materno.

Entra em jogo um objeto que causa na criança uma busca para saber quem é aquele que o detém. Quem o detém é o pai, aquele cuja lei a mãe se remete.

A estreita ligação desse remeter a mãe a uma lei que não é a dela, mas a de um Outro, com o fato de o objeto de seu desejo ser soberanamente possuído, na realidade, por esse mesmo Outro a cuja lei ela remete, fornece a chave da relação do Édipo. O que constitui seu caráter decisivo deve ser isolado como relação não com o pai, mas com a palavra do pai. (Lacan, 1957-1958/1999, p.199)

Essa palavra do pai, é aquela que porta uma promessa a partir da qual o pai tentará negociar com a criança para que ela deixe de gozar com a mãe. Nesse sentido, a terceira etapa é tão importante quanto a segunda, pois aquilo que o pai prometeu, é preciso que seja mantido (Lacan, 1957-1958/1999).

O terceiro tempo é o momento no qual se pode ter o que se quer, não de forma imediata, mas prometendo sua obtenção. É, pois, uma promessa que concerne ao futuro (Miller, 1999b). “Há um que é o objeto proibido do incesto (mãe), e a sua proibição torna acessível todos os outros objetos²³” (Zizek, 1993, p. 116 como citado em Stavakakis, 2007).

²³ No original: « Hay Uno que es el objeto prohibido del incesto (madre), y su prohibición vuelve accesible todos los otros objetos. »

O complexo de Édipo se torna, assim, a chave para se compreender o surgimento do desejo como a eterna busca de satisfação que lança o sujeito na realidade. Realidade essa que definimos como uma malha discursiva.

Desse modo, ao consentir em abrir mão de um gozo, o sujeito, agora marcado por uma subtração de gozo, vai buscar no campo do Outro as práticas de reparação desse gozo por meio dos diferentes discursos estabelecidos.

Se, conforme vimos anteriormente com Lacan e com Miller, o esquizofrênico é aquele que não entra no discurso, devemos seriamente considerar que o que ocorre na esquizofrenia é uma falência dessa promessa. Isso porque, se o esquizofrênico é aquele que não crê no Outro (Miller, 1988/1996), ele não o faz, pois o campo do Outro, estruturado pelas rotinas discursivas, uma vez constatada a sua insuficiência, passa a não conseguir mais sustentar uma promessa para esses sujeitos.

Localizamos, desse modo, as condições sem as quais não há entrada possível no discurso. São elas: uma subtração de gozo, uma promessa e uma crença. Para discutirmos essa questão da falência da promessa, buscaremos os elementos necessários no documentário *Estamira* (2004).

3.3.3 O binômio miséria e promessa

Estamira Gomes de Souza foi catadora de material reciclável²⁴ inveterada, foi mãe de três filhos e conviveu com os sintomas da esquizofrenia durante a maior parte da vida. Essa Estamira morreu em 2011. Contudo, a personagem Estamira, que se tornou protagonista de Marcos Prado exatamente pelo seu jeito louco, se eternizou como “a senhoria de um impressionante discurso” (Vieira, 2012, p. 2).

Conforme aponta Marcos André Vieira em seu artigo “Estamira e o secretário” (2012), elas não são idênticas, dado que a segunda é o resultado da primeira depois de passar pelo olhar do documentário, mas isso não é motivo para separá-las. Entretanto, é preciso que levemos em conta essa passagem de Estamira pelo olhar de Prado.

A nossa análise passa, também, por um segundo enquadre. Estamos interessados no desencadeamento da psicose de Estamira. Para isso, vamos nos deter na história do adoecimento da protagonista. Essa história é colhida da fala dos filhos, principalmente de Carolina.

²⁴ Ocupação reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações desde 2002 que engloba, entre outros, os catadores de lixo.

Concordamos que esse enquadre é, em certa medida, empobrecedor em contraste com a riqueza de detalhes – e, ao mesmo tempo, a potência de abrangência – que o discurso de Estamira comporta. Como coloca Vieira (2012), até Marcos Prado direciona o olhar do telespectador, tendo em vista esse aspecto, quando coloca “todas as cenas em que são fornecidas balizas históricas em preto e branco” para que “não ofusquem a história de uma loucura” (p. 6).

Mas, uma vez que ele é de grande importância para a nossa discussão, não podemos nos furtar a adotá-lo. Vamos, então, à análise do desencadeamento.

Conforme conta Carolina, antes de tornar-se catadora de lixo, Estamira tinha “uma vida de verdade” (Souza & Prado, 2013, p. 57). Vivia com o marido, mestre de obras, e dois filhos em uma casa boa. Exercendo a referida profissão, o cônjuge de Estamira conseguiu adquirir alguns bens e ganhava o suficiente para presentear Estamira e Carolina com pequenas joias feitas em ouro. “Até então tudo bem” (Souza & Prado, 2013, p. 58) afirma a moça.

O relacionamento entre o casal, entretanto, apresentava problemas. Apesar de viver bem com o marido, conforme aponta Carolina, Estamira não suportou as traições do esposo e eles acabaram brigando, o que culminou com a expulsão de Estamira e dos filhos de casa. A partir daí teve início o que a moça chamou de “luta” (Souza & Prado, 2013, p.58).

Estamira começou a trabalhar no Jardim Gramacho²⁵. No início ficava, às vezes uma, às vezes duas semanas direto no lixão, de acordo com Carolina. Ia para casa para higienizar-se e depois voltava para o aterro sanitário. Essa foi a rotina da catadora de lixo durante cinco anos.

A moça conta que ela e o irmão, contudo, não aprovavam a decisão da mãe. Temiam pela sua saúde e também por sua integridade física. Estamira, então, decidiu sair do aterro sanitário.

Depois de sua decisão, começou a trabalhar em um supermercado. Segundo Carolina, às sextas-feiras, após o expediente, ou aos sábados, a mãe se reunia com os colegas – alguns deles trabalhavam em outros lugares – para tomar uma cerveja e conversar.

Na hora de ir embora, Estamira ia sozinha para casa. Certo dia, foi estuprada no centro de Campo Grande e depois, uma segunda vez, na rua em que morava Carolina, na época em que o documentário foi filmado.

²⁵ Aterro Sanitário de Gramacho, anteriormente localizado em Duque de Caxias, hoje desativado.

Conta a filha, que naquela época ela ainda acreditava em Deus. “Acreditava que Deus ia... que aquilo que ela tava passando era uma provação” (Souza & Prado, 2013, p.59). Nessa época ela ainda não tinha alucinações, não tinha as chamadas perturbações.

Os sintomas psicóticos começaram a aparecer em forma de ideias delirantes. No início, contudo, Estamira ainda se apoiava no discurso religioso como uma forma de defesa contra o que estava acontecendo com ela. Sobre o trabalho de macumba que haviam feito para ela, Carolina conta que Estamira dizia: “Eu vou acreditar nessas coisas, nada, Deus me protege, Deus é tudo. É Deus que me guia e me guarda” (Souza & Prado, 2013, p.60).

No mês seguinte, segundo a filha, Estamira passou a dizer que tinha a impressão de estar sendo perseguida por pessoas do FBI²⁶, e ainda, que havia pessoas tentando filmá-la escondido. Até que um dia Estamira, sentada no quintal da sogra de Carolina, olhou para os pés de coqueiro e falou: “olha, isso aqui é o poder. É isso que tudo que é real. É isso que é real” (Souza & Prado, 2013, p.60). Daquele dia em diante, segundo Carolina, Estamira “desistiu mesmo de Deus e ‘agora só eu e eu e o poder real e acabou’” (Souza & Prado, 2013, p.61).

O que podemos dizer a respeito do desencadeamento da psicose de Estamira? O primeiro ponto a se observar é que à medida que acompanhamos o relato da filha, vemos Estamira tentando seguir as condutas codificadas socialmente, apesar de todas as dificuldades que aparecem. Ela se casa, tem filhos, é religiosa, trabalha; enfim, ela faz tudo o que é esperado que ela faça.

Mas “a vida é dura, dura, dura. A vida não tem dó, não, ela é mal. Mais que a gente planeja, que a gente quer bem, que a gente quer o bem, mais fica destraviado” (Souza & Prado, 2013, p.52). Essa fala de Estamira ilustra exatamente o que aconteceu com ela. A sua crença em uma vida decente, nas promessas do Outro, esbarrou nos repetidos episódios de estupro. A partir daí, não houve mais possibilidade de Estamira acreditar em uma vida decente.

“Ela chegou a um determinado tempo da vida que se apagou dentro dela, a fé” (Souza & Prado, 2013, p.67). O que falta para Estamira, segundo Maria Rita, sua filha, é fé. Disso decorre que, não há mais lugar na vida de Estamira para o Engodo Universal (Pelbart, 2013), ou seja, para isso que ela batiza de Trocadilo.

²⁶ Federal Bureau of Investigation, agência federal de investigação americana.

“Portanto, para Estamira, não servirão nem religião, nem meios-termos, nem ciência, no que esses discursos podem ser um bálsamo para as agruras do que temos de loucura em nós²⁷” (Vieira, 2012, p. 5).

Nesse sentido, é possível sintetizarmos em uma frase o que está em questão no desencadeamento de Estamira. Talvez possamos supor, ainda, que isso se generalize, em maior ou menor grau, nos desencadeamentos de uma esquizofrenia. O desencadeamento de Estamira evidencia que: o que gera a crença é a possibilidade de se sustentar uma promessa.²⁸ E a promessa é, para alguns, um engodo.

Esses para quem a promessa é um embuste são aqueles que habitam lugares onde não se sustenta a promessa. Em outras palavras, lugares onde só há miséria.

Com Estamira não é diferente.

Se, em seu discurso delirante, Estamira afirma convictamente estar em todo lugar, em termos sociais, ela não está em lugar algum. Estamira é invisível! . . . Ninguém a vê! Estamira é uma pária social, pertencente a mais baixa casta da sociedade fluminense, que sobrevive com o que extrai de um lixo insalubre. (Henriques, Setembro, 2008)

O Outro pode até exigir do sujeito que ele siga condutas socialmente codificadas, mas nesses ambientes de extrema pobreza ele não consegue oferecer a contrapartida, que é dar conta de sustentar a promessa de que, se o sujeito assim fizer, ele não terá aquela vida que Estamira tão ressentidamente classificou como “dura”.

O tipo de experiência que esses sujeitos têm com a promessa é semelhante à forma como Estamira enxerga a forma de agir do Trocadilo, que só faz “mentir pros homens, seduzir os homens, cegar os homens, incetivar e depois jogar no abismo” (Souza & Prado, 2013, p.11).

Estamira também foi vítima desse Trocadilo. Ela também depositou uma crença na promessa até ver-se de cara com o abismo. Nessa fala da protagonista, vemos que a crença carrega com ela algo de arriscado. Aquele que crê, assume riscos. Ela não comporta nenhum tipo de razoabilidade.

Antes de abordarmos a temática da crença, gostaríamos de tocar em um ponto controverso: as pesquisas que associam esquizofrenia à pobreza. Elas existem e estão por aí,

²⁷ Essa “loucura em nós” de que Marcos André Vieira fala se remete à ideia da forclusão generalizada trabalhada no primeiro capítulo desta dissertação.

²⁸ Comunicação oral, obtida em sala de aula com o professor Antônio Teixeira, em 2014

contudo elas são sempre recebidas – às vezes mesmo pela comunidade científica – com muitas ressalvas e críticas.

A título de ilustração, tomemos como exemplo o artigo intitulado “A influência de fatores sócio-econômicos, políticos e culturais no curso e prognóstico da esquizofrenia” de Valença e Queiroz (1999). Segundo os autores, um estudo feito em Chicago mostrou que um elevado número de casos tratados de esquizofrenia estava concentrado nas áreas mais miseráveis.

Esse número era 7 casos por 1000 adultos nos distritos mais pobres, número que reduzia à medida que se aproximava das regiões mais prósperas, chegando a 2,5 casos por 1000 adultos. Segundo Valença e Queiroz (1999) desde a publicação deste estudo, considerado pioneiro, outros estudos epidemiológicos têm confirmado altas taxas de transtornos mentais, particularmente esquizofrenia, localizados em distritos de baixo nível socioeconômico de muitas cidades americanas e europeias. Nas palavras dos autores, “as famílias de classes mais baixas produzem um desproporcional número de esquizofrênicos” (Valença e Queiroz, 2009, p. 222).

Não queremos, com efeito, transformar essa dissertação em um estudo sociológico, entretanto se lançamos mão desse artigo é apenas com o intuito de mostrar que existem evidências que apontam para o caminho que chegamos a desenvolver aqui.

É sabido, todavia, que existem outras formas de se traçar um paralelo entre miséria e promessa, muito mais interessantes, inclusive, para os “profissionais psi”.

É o caso por exemplo do personagem José Carlos de “Que horas ela volta?” (2015), um homem depressivo que parece ter sucumbido à futilidade e à vacuidade do modo de vida das classes abastadas. Artista frustrado, José Carlos sustenta a família com a riqueza herdada do pai; como pai, não consegue representar a autoridade para o filho e, como marido, o relacionamento parece se resumir em coabitação.

De um lado diametralmente oposto se encontra a personagem Jéssica. Uma jovem cheia de planos, todos guiados por uma promessa diferente. Jéssica quer prestar vestibular, quer estudar em uma universidade conceituada, quer ser arquiteta, quer ascender socialmente.

Não é à toa que Jéssica desperta um interesse por parte de José Carlos. Na primeira, há desejos, crenças e promessas em demasia, no outro há uma total carência disso tudo.

Como dissemos anteriormente, onde há promessa há crença e é sobre ela que nos deteremos agora.

3.3.4 O abuso da crença como causa da crise econômica mundial de 2008 e o que a esquizofrenia tem a ensinar

Uma forma interessante para compreendermos o funcionamento da crença é analisarmos brevemente o que aconteceu para eclodir a crise financeira que assolou boa parte do mundo em 2008.

Tendo como referência o documentário *Inside Job* (2010), podemos observar que a economia do país mais influente do mundo se sustenta na base da crença. A primeira expressão dessa crença, e mais importante, é a crença de seus governantes nesse modelo neoliberal de desregulamentação do capital. Modelo bastante instável como mostra o documentário.

A segunda é a manipulação da crença dos estadunidenses nas figuras políticas. O governo conseguiu, em certo sentido, mascarar e “postergar” a eclosão da crise financeira, ao colocar figuras importantes do governo americano, tais como Hank Paulson²⁹, para dizer à população, através de pronunciamentos, que as coisas estavam sob controle.

Em pronunciamento na reunião dos G7³⁰ em Tóquio, no dia 2 de Fevereiro de 2008, Paulson afirmava que não havia a menor possibilidade de o país estar sofrendo uma recessão, pois ele estava em plena ascensão. Vale ressaltar que, segundo o documentário, os Estados Unidos já haviam entrado em recessão quatro meses antes dessa declaração de Paulson.

A terceira forma de expressão da crença diz respeito às agências de classificação de risco e os investidores. Ao avaliar os bancos e seus investimentos com a nota máxima ou próxima da máxima, isso significa para os investidores que os “produtos” oferecidos são seguros, o que haverá retorno financeiro uma vez adquirido esse investimento.

No cenário da crise econômica estadunidense, o que estava acontecendo era que essas agências estavam realizando as avaliações de maneira irresponsável e justificando-se, conforme a declaração de advogados dessas agências, que a classificação de risco é uma mera opinião e que não devia ser tomada como alvo de uma crença.

Por último, temos a crença do cidadão estadunidense no governo como um todo. Crença, que, como vimos, é alimentada e manipulada pelas autoridades. O resultado da crise foi bem resumido no relato de Gillian Tett, editora do “*The Financial Times*”, jornal britânico.

²⁹ Secretário do Tesouro dos Estados Unidos na época da crise

³⁰ Países do G7: Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Japão

Segundo ela, “de repente as pessoas pararam e disseram: No que podemos acreditar? Não há nada em que possamos confiar mais” (2010).

Sobre esse aspecto, isto é, da crença do povo nos governantes, podemos dizer que Jacques-Alain Miller se equivoca em certo sentido ao afirmar que aquele que acredita que o Outro social quer o seu bem carece de personalidade (2011b).

O que vemos com esse documentário e com essa discussão sobre a falência da promessa na esquizofrenia é que o que movimenta a crença dos estadunidenses é a eterna promessa sustentada pelo Outro social de que um dia eles poderão desfrutar do *american dream*, do *american way of life*. Isso é o que faz com que o sujeito acredite que o Outro social quer o seu bem.

A esquizofrenia vem, então, evidenciar que tudo isso não passa de uma ilusão. Que, no momento em que o Outro não consegue mais sustentar essa promessa, descobre-se que o que sustenta esse Outro é apenas a crença do sujeito. E quando isso é constatado – e isso se dá de maneira contundente na esquizofrenia – a derrocada é abissal.

Que Deus é esse? Que Jesus é esse, que só fala em guerra e não sei o quê?! . . . Quem já teve medo de dizer a verdade, largou de morrer? Largou? Quem ando com Deus dia e noite, noite e dia na boca ainda mais com os deboches, largou de morrer? Quem fez o que ele mandou, o que o da quadrilha dele manda, largou de morrer? Largou de passar fome? Largou de miséria? Ah, não dá! (Souza & Prado, 2013, p.32)

Essa fala de Estamira mostra a falta de fundamento da promessa. Diante dessa constatação, não há mais crença possível nesse engodo.

Mas esse Deus desse jeito, esse Deus deles, esse Deus sujo, esse Deus estuprador, esse Deus assaltante de qualquer lugar, de tudo quanto é lugar, esse Deus arrombador de casa, com esse Deus eu não aceito. Nem picadinha a carne nem a minha carne picadinha de faca, de facão, de qualquer coisa, eu não aceito, não adianta. (Souza & Prado, 2013, p.55)

Nesse sentido, o desencadeamento da psicose de Estamira ilustra exatamente a recusa de sua crença em toda essa ilusão. Em tudo isso que não possui garantias, que não tem fundamento.

3.3.5 Falência da promessa e demissão do Outro no caso Valéria: a apatia, a inércia e o desinteresse

Esse tipo de desencadeamento, como vimos, é aquele que caracterizamos como o desencadeamento esquizofrênico, que é o mesmo de Valéria. Mas, o que é possível perceber,

quando comparamos Valéria e Estamira, é que elas se diferem em um aspecto fundamental. Antes de desenvolvermos esse aspecto, vamos demonstrar o quanto elas, Valéria e Estamira se diferem.

A primeira: reclusa, desengajada, silenciosa. Não trabalha, não namora. “Nada”. A segunda, “está em tudo quanto é canto” (Souza & Prado, 2013, p.12). É tagarela, não se conteve ao ver uma pessoa com uma câmera e logo se ofereceu para contar a sua história. Trabalha, precisa se deslocar até o trabalho, e para isso, utiliza o transporte público. Lá tem suas amigadas. Mora sozinha, cuida da própria casa, cozinha para si e para a família, quando os filhos vão visitá-la.

De alguma forma, as duas também se aproximam. Elas compartilham, por exemplo, uma miséria social.

Como falamos e temos falado as informações sobre Valéria são mínimas, inclusive desconhecemos a real situação financeira da paciente. O que podemos ponderar, entretanto, é que só uma carência de recursos poderia justificar uma pessoa aceitar a passar pelo que os usuários de serviços públicos de saúde mental passam, ao andar do consultório/ambulatório até à farmácia com um documento constando em letras garrafais “Diagnóstico: Esquizofrenia Paranoide” para obter isenção do pagamento pela medicação.

Além disso, Valéria e Estamira sustentam uma posição de exterioridade a nosso mundo de crenças e valores compartilhados, elas, então, se aproximam ao recusarem a crença nos discursos estabelecidos.

Ambas encararam de frente a falência da promessa. Mas o aspecto que parece separá-las diz respeito exatamente à resposta formulada por elas após se depararem com essa falência da promessa. Interessa-nos aqui a resposta de Valéria.

Anteriormente, nesta dissertação, defendemos a ideia de que a demissão do Outro seria uma resposta à inconsistência do Outro. Caminhando nessa mesma direção, encontramos na apatia, na inércia e no desinteresse de Valéria a resposta que ela dá à falência da promessa.

Não devemos, contudo, chamar esse tipo de resposta de *resposta sintomática*, haja vista que a noção de sintoma para a psicanálise, carrega desde Freud, uma conotação de solução de compromisso e, mais tarde, de defesa.

O que vemos no caso de Valéria, seja com a demissão do Outro, seja com a apatia, a inércia e o desinteresse, é que se trata mais precisamente de um sujeito sem defesas contra aquilo que o ameaça. Sua resposta retrata justamente a sua impossibilidade de elaborar uma resposta, se podemos dizer assim.

Refletindo sobre a função do psicólogo e do tratamento a partir disso que constatamos, o papel do profissional é acompanhar Valéria na tessitura de uma solução sintomática, que a ajude a localizar algo do seu desejo no lugar do Outro.

Entretanto, a apatia, a inércia e o desinteresse de Valéria, pautados na demissão do Outro transformam em problema – tanto para a paciente quanto para a psicóloga – colocar esse plano em ação. Tudo isso fez desse caso não um caso a ser tratado, mas a ser pensado.

CONCLUSÃO

A demissão do Outro foi um termo construído primordialmente a partir do posicionamento subjetivo de uma paciente esquizofrênica na relação com a psicóloga durante um ano de tratamento. Por todo esse tempo esse posicionamento mostrou-se inalterável, tornando o caso dessa paciente intratável.

Foi preciso, então, levar esse caso para outro ambiente. O caso foi apresentado em supervisão em grupo, foi tema de trabalho apresentado em evento científico, mas sempre restava algo a ser investigado.

A presente dissertação foi o último recurso investigativo de que lançamos mão até o momento. Durante os dois anos de duração da pesquisa, o caso foi escrito, reescrito e serviu como recurso metodológico para buscarmos, na teoria psicanalítica, os elementos necessários para a sua elucidação.

Um caso intratável, sobre uma paciente com poucos recursos simbólicos, levou-nos além das teorias sobre o funcionamento psíquico. Fizemos incursões na literatura, na linguística, na sétima arte. Buscamos argumentos em um documentário que discute economia e dialogamos com uma pesquisa que adota métodos positivistas.

Depois desse longo percurso, rico em boas surpresas, como foi possível perceber, conseguimos delimitar a demissão do Outro. Vimos que ela é multideterminada, no sentido de ser o resultado de diversos fatores interligados.

Relacionados à demissão do Outro, encontramos a recusa do compartilhamento de um sentido vinculado a um discurso estabelecido, a retirada do laço social causada por um posicionamento irônico e uma descrença no Outro, mobilizada pela falência de uma promessa.

Como um fio que perpassa e ao mesmo tempo interliga esses fatores encontramos a esquizofrenia. A demissão do Outro, a recusa de se responder do lugar que o Outro espera é, pois, própria da esquizofrenia.

Interessou-nos aprofundar nas especificidades da esquizofrenia. Mais precisamente no desencadeamento de uma psicose esquizofrênica.

Nesse momento, foi necessário darmos um passo decisivo: lançar mão das explicações consolidadas no campo psicanalítico, ou utilizar a psicanálise como instrumento crítico que busca ler e intervir nos processos sócio-psicológicos que ocorrem ao seu redor.

Tal qual um pesquisador diante da tuberculose – que deve decidir se a causa dessa doença é o bacilo de Koch ou as condições precárias de saneamento e, conseqüentemente, de

higiene a que muitas pessoas ainda são submetidas – vimo-nos diante de uma situação parecida.

Constatamos a existência de uma estrutura binomial no desencadeamento das psicoses esquizofrênicas: miséria-falência da promessa. O desencadeamento da psicose da paciente de nosso caso clínico, bem como de Estamira, protagonista do documentário homônimo de Marcos Prado, apresentam indícios de que a esquizofrenia tem maior propensão de se desencadear em pessoas que habitam lugares de miséria social. Lugares em que não há a mínima possibilidade de se sustentar uma promessa – elemento essencial para o desenvolvimento de um posicionamento como sujeito desejante e inserido no discurso.

O caso nos levou, também, a uma sistematização, uma depuração do conceito de discurso, tão caro para a nossa discussão. A especificidade desse conceito está no fato de ele ser uma trama de sentido compartilhado.

A partir daí, devemos ver com algumas ressalvas, expressões como “discurso delirante”, “delírio coletivo”, exatamente por irem contra esse caráter compartilhado do discurso e o caráter privado do delírio – entendido como a contraposição do discurso.

Este trabalho investigativo nos auxilia a pensar, partindo da perspectiva da forclusão generalizada e sua relação com a especificidade do conceito de discurso abordado acima, as diferenças entre as noções e inserção e inclusão.

A noção de forclusão generalizada aponta para algo do sujeito que foge às determinações simbólicas. Isso ocorre tanto na neurose, quanto na psicose. Diante disso, o sujeito pode encontrar, na relação com o Outro, não talvez uma solução, mas uma aceitação para esse mal-estar.

Essa relação como vimos, é pautada em uma negociação. Inserir-se no discurso ou, ainda, enlaçar-se ao Outro parte dessa negociação em que ambos – o sujeito e o Outro – devem “participar”.

Algo diferente é a ideia de inclusão, pautada, em sua essência, na garantia dos direitos do cidadão, na convocação do sujeito à conformação às normas do Outro.

O que o caso trabalhado nessa dissertação e a personagem Estamira demonstram é que a esquizofrenia pode vir a impedir a alienação dos sujeitos psicóticos às normas codificadas e compartilhadas socialmente. Assim, em um só movimento a esquizofrenia questiona as bases da ideia de inclusão e convoca o Outro ao trabalho para que ele faça a sua parte na contrapartida da negociação implicada na noção de inserção e no binômio miséria-promessa.

Lançam-se, desse modo, as sementes para um próximo trabalho investigativo. Não estamos querendo dizer, com isso, que não há mais o que se trabalhar no caso clínico, haja vista que esta pesquisa mostrou que a sua simplicidade é apenas aparente.

Entretanto, assim como em uma experiência de análise, é chegada a hora de encerrar as elaborações acerca do tema Valéria. É preciso seguir.

REFERÊNCIAS³¹

- Alemán, J. (2003). Genealogía del significante amo. In D. Chorne & M. Goldenberg (Orgs.), *La creencia y el psicoanálisis* (pp. 101-116). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Alomo, M. (2013). *Clínica de la elección en psicoanálisis II: Por el lado de Lacan*. Buenos Aires, Argentina: Letra Viva.
- Brodsky, G. (2013). A loucura nossa de cada dia. *Opção Lacaniana online*, 12, 1-42. Disponível em http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_12/a_loucura_nossa_cada_dia.pdf
- Carone, M. (2005). Posfácio. In *Bartleby, O escrivão* (pp. 39-46). São Paulo: Cosac Naify.
- Carroll, L. (2009). *Aventuras de Alice no País das Maravilhas; Através do espelho e o que Alice encontrou por lá*. (M. L. Borges, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Dalgalarrodo, P. (2008). *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. Porto Alegre: Artmed.
- Fabian, R. (Novembro, 2015). *L'impératif néolibéral du bonheur et la clinique psychanalytique*. Conferência apresentada no VIII Encontro Internacional da Sociedade de Psicanálise e Filosofia, São Paulo/Belo Horizonte.
- Ferguson, C. (2010). *Inside Job* [filme]. Estados Unidos: Sony Pictures Classics.
- Freud, S. (2006). Notas sobre um caso de neurose obsessiva. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 10, pp. 135-274). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1909)
- Freud, S. (2006). A perda da realidade na neurose e na psicose. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 19, pp.201-209). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1924)

³¹ De acordo com o estilo APA – American Psychological Association

- Henriques, R. P. (Setembro, 2008). *A psicose em cena: Schreber, Aimée, Joyce e Estamira*. Trabalho apresentado no III Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e IX Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, Niterói. Disponível em: http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/iii_congresso/temas_livres/a_psicose_em_cena.pdf
- Iannini, G. (2013). *Estilo e verdade em Jacques Lacan*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Lacan, J. (1985). *O Seminário, livro 20: Mais ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original proferido em 1972-1973)
- Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original proferido em 1969-1970)
- Lacan, J. (1998). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In *Escritos* (V. Ribeiro, Trad., pp.537-590). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1959)
- Lacan, J. (1998). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In *Escritos* (V. Ribeiro, Trad., pp.493-533). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1957)
- Lacan, J. (1998). Formulações sobre a causalidade psíquica. In *Escritos* (V. Ribeiro, Trad., pp.152-194). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1950)
- Lacan, J. (1998a). A metáfora do sujeito. In *Escritos* (V. Ribeiro, Trad., pp.903-907). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original proferido em 1960)
- Lacan, J. (1998b). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In *Escritos* (V. Ribeiro, Trad., pp.807-842). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original proferido em 1960)
- Lacan, J. (1999). *O Seminário, livro 5: As formações do inconsciente*. (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original proferido em 1957-1958)
- Lacan, J. (2003). Apresentação das *Memórias de um doente dos nervos*. In *Outros escritos* (V. Ribeiro, Trad., pp. 219-223). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1966)

- Lacan, J. (2003). O aturdido. In *Outros escritos* (V. Ribeiro, Trad., pp. 448-497). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1973)
- Lacan, J. (2003). Introdução à edição alemã de um primeiro volume dos *Escritos*. In *Outros escritos* (V. Ribeiro, Trad., (pp. 550-556)). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1975)
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 3: As psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original proferido em 1955-1956)
- Lacan, J. (2009). *O Seminário, livro 18: De um discurso que não fosse semblante*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original proferido em 1971)
- Lacan, J. (2010). Transferência para Saint Denis? Lacan a favor de Vincennes!. *Correio*, 31-32. (Trabalho original publicado em 1978)
- Lorre, C., Aronsohn, L., & Fryman, P. (2004). A Bag Full of Jawa. In L. Aronsohn, *Two and a half men*. Burbank, CA: Columbia Broadcasting System.
- Melville, H. (2005). *Bartleby, O escrivão*. São Paulo: Cosac Naify.
- Miller, J.-A (1982). Esquizofrenia y paranoia. In *Psicosis y psicoanalisis*. (pp. 7-30). Buenos Aires: Manantial.
- Miller, J.-A. (1996). Clínica Irônica. In *Matemas I*. (pp. 190-200). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original proferido em 1988)
- Miller, J.-A. (1996). A máquina panóptica de Jeremy Bentham. In *Matemas I*. (pp.24-54). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original proferido em 1973)
- Miller, J.-A. (1996). Teoria d'alíngua. In *Matemas I*. (pp. 55-72). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1974)
- Miller, J.-A. (1999a). A psicose no texto de Lacan. *Curinga*, 13, 92-101.
- Miller, J.-A. (1999b). *Perspectivas do Seminário 5 de Lacan: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Miller, J.-A. (2000). A teoria do parceiro. In Escola Brasileira de Psicanálise. (Org.), *Os circuitos do desejo na vida e na análise* (pp. 155-207). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Miller, J.-A. (2004). Religião, Psicanálise. *Orientação Lacaniana*, 39, 9-24.
- Miller, J.-A. (2008). *El partenaire-síntoma*. Buenos Aires: Paidós.
- Miller, J.-A. (2009). *El saber delirante*. Buenos Aires: Paidós.
- Miller, J.-A. (2010). *El Otro que no existe y sus comités de ética*. Buenos Aires: Paidós.
- Miller, J.-A. (2010). Forclusão generalizada. In M. Batista & S. Laia (Orgs.), *Todo mundo delira* (pp. 15-31). Belo Horizonte: Scriptum. (Trabalho original proferido em 1987)
- Miller, J.-A. (2011, 18 de julho). Re: Leer un síntoma [Mensagem em um blog]. Disponível em <http://ampblog2006.blogspot.com.br/2011/07/leer-un-sintoma-por-jacques-alain.html>
- Miller, J.-A. (2011a). *De la naturaleza de los semblantes*. Buenos Aires: Paidós.
- Miller, J.-A. (2011b). A salvação pelos dejetos. In *Perspectivas dos Escritos e Outros Escritos de Lacan* (V. Ribeiro, Trad., pp. 227-233). Rio de Janeiro: Zahar.
- Milner, J.-C. (2006). *Os nomes indistintos*. (P. Abreu, Trad.). Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Milner, J.-C. (2009). Linguística e Psicanálise. *Estudos Lacanianos*, 2(4), 177-191.
- Muylaert, A.; Lacerda, G.; Ivanov, D.; Gullane, F., & Muylaert, A. (2015). *Que horas ela volta?* [filme]. Brasil: Globo Filmes.
- Nancy, J.-L., Lacoue-Labarthe, P. (1991). *O título da letra: Uma leitura de Lacan*. (S.J. de Almeida, Trad.). São Paulo: Escuta. (Trabalho original publicado em 1973)
- Padilha, J., & Prado, M. (2004). *Estamira* [filme]. Brasil: Zazen Produções Audiovisuais.

- Pelbart, P. (2013). Introdução. In *Estamira: fragmentos de um mundo em abismo*. (pp. 4-7). São Paulo: N-1 Edições.
- Racine, J. (2005). Atália. In *Fedra; Ester; Atália* (pp. 159-259). (J.K. Segall, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1949)
- Rubião, L. (2014). *A ética do bem-dizer nos estudos lacanianos sobre a comédia*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Safatle, V. (2007). A teoria das pulsões como ontologia negativa. *Discurso*, 36, 149-189.
- Saussure, F. de. (2012). *Curso de linguística geral*. (A. Chelini, J.P. Paes & I. Blikstein, Trans.). São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1916)
- Soler, C. (2007). Inocência paranóica e indignidade melancólica. In *O inconsciente a céu aberto da psicose*. (V. Ribeiro, Trad., pp. 52-62). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Souza, E. G.; Prado, M. (2013). *Estamira: fragmentos de um mundo em abismo*. São Paulo: N-1 Edições.
- Stavarakakis, Y. (2007). *Lacan y lo político*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Teixeira, A. (2000). Forclusão generalizada: Como é possível não ser louco?. *Curinga*, 14, 60-65.
- Teixeira, A. (2009). Psicanálise e ideologia: a violência da representação. *Psicologia em Revista*, 15(3), 159-171. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v15n3/v15n3a10.pdf>
- Teixeira, A. (2010). A vocação irônica da psicanálise. *Tempo Psicanalítico*, 42(1), 9-38. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000100001&lng=pt&tlng=pt
- Valença, A. M.; Queiroz, V. (1999). A influência de fatores sócio-econômicos, políticos e culturais no curso e prognóstico da esquizofrenia. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 48(5), 221-227.

Vieira, M. A. (2012). Estamira e o secretário. *Clinicaps*, 6(18), 1-11. Recuperado de http://www.clinicaps.com.br/clinicaps_revista_18_art_01.html

Vila-Matas, E. (2004). *Bartleby e companhia*. (M.C. Araújo & J. Baptista Trads.). São Paulo: Cosac Naify.

Zenoni, A. (2007). Comment s'orienter dans le transfert. *Clinicaps*, 1, 1-20. Recuperado de http://www.clinicaps.com.br/clinicaps_revista_01_art_01.html

Zizek, S. (2008). *The sublime object of ideology*. London: Verso.